

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**WILSON PEREIRA DA ROCHA NETO**

**PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: OBEDIÊNCIA AOS**  
**PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA, PUBLICIDADE E CELERIDADE NAS**  
**VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE CACOAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**MONOGRAFIA**

**Cacoal – RO**  
**2016**

**WILSON PEREIRA DA ROCHA NETO**

**PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: OBEDIÊNCIA AOS  
PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA, PUBLICIDADE E CELERIDADE NAS  
VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE CACOAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR - *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor Especialista Jônathas Siviero.

**Cacoal – RO**

**2016**

R672p Rocha Neto, Wilson Pereira da.  
Processo judicial eletrônico: obediência aos princípios da eficiência, publicidade e celeridade nas varas cíveis da comarca de Cacoal/ Wilson Pereira da Rocha Neto – Cacoal/RO: UNIR, 2016.  
62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientador: Prof. Esp. Jônathas Siviero

1. Direito constitucional. 2. Direito processual civil. 3. Processo judicial eletrônico. 4. Eficiência. 5. Publicidade. I. Siviero, Jônathas. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 342:347.9

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

**PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: OBEDIÊNCIA AOS  
PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA, PUBLICIDADE E CELERIDADE NAS  
VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE CACOAL**

Por

**WILSON PEREIRA DA ROCHA NETO**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia –  
*Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em  
Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor Especialista Jônathas Siviero – UNIR – Presidente

---

Professor Mestre Victor de Almeida Conselvan - UNIR – Membro

---

Professor Doutora Maria Priscila Soares Berro - UNIR - Membro

Conceito: 94

Cacoal, 20 de dezembro de 2016

Aos meus pais, Wilson e Silvana, minha esposa, Nathália  
e meu filho, Leonardo, alicerces da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

O caminho de toda conquista relevante é árduo. Não se chega a um objetivo sem lutar por ele. Mas, nestes caminhos encontramos pessoas que fazem a diferença em nossas vidas. Estas pessoas, muitas vezes, deixam de lado seus objetivos para nos auxiliarem nos nossos.

Não poderia chegar a esta conquista sem agradecer por pessoas que sempre foram, e outras que se tornaram, importantes para a minha história e que, de certa forma, fazem parte de tudo isso.

Agradeço minha mãe, Silvana Neves, pelo exemplo de garra que sempre foi para mim. Superou obstáculos em sua vida que muitos teriam desistido, mas se manteve forte e confiante.

Agradeço ao meu pai, Wilson Pereira da Rocha Filho, que nesta vida me deu muito mais que apenas o mesmo nome dele. Foi meu exemplo de honestidade e de competência no que se dedica a fazer.

Agradeço a minha esposa, Nathália Fernanda Machado da Rocha, pela paciência que teve nestes 5 (cinco) anos em que tive que a deixar sozinha em casa para alcançar este objetivo, que era nosso. Pelas dificuldades lá no início, quando ainda morávamos em Alvorada D'Oeste/RO e, diariamente, pegava o ônibus às 16 (dezesseis) horas, chegando em casa apenas à 1 (uma) hora da manhã. Posteriormente por passar as noites cuidando do nosso filho, Leonardo.

Ao meu filho, Leonardo Machado da Rocha, que tem sua história, até aqui, diretamente ligada a este curso. Foi ainda lá no primeiro ano de faculdade que recebi a notícia de que ia ser pai. Ele veio, cresceu e tantas vezes chorou quando me via chegando do trabalho e saindo para a faculdade. Quantas vezes me pediu para que ficasse com ele. Algumas vezes fiquei. Mas esta faculdade também era por ele.

Agradeço ao meu irmão, Rafael Pereira da Rocha, que não há outra forma de me referir a ele senão simplesmente “irmão”. E através dele agradeço a todos os meus familiares.

Agradeço aos colegas da faculdade, mas em especial alguns que colaboraram diretamente com minha conquista. Agradeço à Mônica, Fernanda, Gislene, Raul, Augusto, Heloísa, Marcos, Raíssa e outros. Mas em especial quero agradecer aqueles colegas que, durante 5 (cinco) anos, se tornaram quase que minha família. Conversamos quase que diariamente, compartilhamos derrotas e conquistas, rimos um do outro, nos ajudamos muito.

Obrigado Janaira e Itamar pela amizade que me dedicaram nestes anos. Que este carinho e respeito que sentimos um pelo outro dure além desta faculdade.

Agradeço aos colegas de trabalho, na 4ª Vara Cível da Comarca de Cacoal, que tiveram toda paciência do mundo comigo. Mesmo quando, para pesquisar sobre o PJe, eu deixava minhas pastas de processos no sistema cheias e, de certa forma, atrasadas. Peço desculpas aos advogados pela ligeira morosidade que possa ter sido causada.

Agradeço aos colegas de aprisco, que tantas vezes me colocaram em suas orações, não deixando que me faltasse forças para continuar. Agora posso voltar a frequentar regularmente este grupo que me faz tão bem.

Agradeço aos professores que compartilharam seus conhecimentos durante estes anos. Em especial ao Professor Victor, parceiro sempre; ao professor Paulo, um exemplo para todos nós; Professor Gilson, um samurai no Direito Civil; Professor Silvério, tantas vezes incompreendido, mas que dedica parte de sua vida a esta Universidade; e, principalmente, ao professor e meu orientador Jonathas Siviero, um amigo antes da faculdade e um amigo durante ela também. Obrigado pelo direcionamento dado a este meu trabalho.

Deixo aqui também minhas homenagens póstumas àqueles que perdi durante estes anos. Minha avó, Maria Auxiliadora Machado da Rocha, que uma vez me disse, com os olhos brilhando, que ia ver realizado em mim o sonho que ela tinha para o meu pai, que era vê-lo formado em Direito. É pra você vó!

Agradeço também a minha outra avó, Maria Granado Neves, que tantas vezes orou com a mão sobre a minha cabeça, pedindo para que Deus me ajudasse nas provas, me guiasse na estrada e, enfim, cuidasse de mim. Hoje, ao lado d'Ele, tenho certeza que me auxiliou neste último ano de faculdade.

Agradeço à minha sogra, Suely Cristina Carlos Pereira, tão grande perda para minha família. Foi um exemplo de fé para mim e, com este exemplo, confiei a Deus minha conquista e ela chegou.

Por fim, agradeço a cima de tudo a Deus, por estar presente na minha vida, me dando força quando eu estava quase desistindo. Sua palavra Senhor, muitas vezes me levantou e hoje rogo a ti por esta conquista.

Tenho certeza que cometerei injustiças em não ter citado alguns nomes, mas tenho certeza que todos os outros serão, de igual forma, homenageados em meu coração.

Posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las.

(Evelyn Beatrice Hall)



## **RESUMO**

O presente trabalho faz uma análise do Processo Judicial Eletrônico, criado pela Lei 11.419, e do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, que visa dar cumprimento à mesma Lei. Trata-se de um estudo de campo realizado junto a advogados e servidores do Poder Judiciário que atuam na Comarca de Cacoal – RO, buscando, por meio da opinião destes, entender a realidade da implantação do PJe, neste momento, na Comarca. Este estudo busca atestar, ou não, a obediência aos princípios da eficiência, publicidade e celeridade, garantidos constitucionalmente. Tomar-se-á, também, o cuidado de analisar estas informações buscando os principais pontos positivos e negativos desta implantação, apontando hipóteses de melhorias para a boa utilização e o melhor funcionamento do sistema, atingindo assim, mais adequadamente, os princípios citados.

**Palavras-chave:** Processo Judicial Eletrônico. PJe. Princípio da Eficiência. Princípio da Publicidade. Princípio da Celeridade.

## **ABSTRACT**

The present study makes an analysis of the Electronic Process, created by the Law 11.419, and of the Electronic Process - PJe, which aims to comply with that Law. It is a field study conducted with lawyers and civil servants of the Judiciary Branch who work in the District of Cacoal - RO, seeking, through their opinion, to understand the reality of the implantation of PJe, at this moment, in the District. This study seeks to attest, or not, the obedience to the principles of the efficiency, publicity and celerity, guaranteed Constitutionally. It will also take care of analyzing this information seeking the main positive and negative points of this implementation, pointing hypotheses of improvements to the good use and better functioning of the system, thus achieving, more appropriately, the mentioned beginnings.

**Keywords:** Electronic Process. PJe. Principle of Efficiency. Principle of Advertising. Principle of acceleration.

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| <b>Gráfico 01:</b> Resposta Geral ao questionamento sobre a frequência de utilização do PJe .....                             | 28 |
| <b>Gráfico 02:</b> Resposta dos Servidores do Poder Judiciário ao questionamento sobre a frequência de utilização do PJe..... | 29 |
| <b>Gráfico 03:</b> Resposta dos advogados ao questionamento sobre a frequência de utilização do PJe .....                     | 29 |
| <b>Gráfico 04:</b> Resposta dos entrevistados quanto ao treinamento recebido para utilização do PJe .....                     | 30 |
| <b>Gráfico 05:</b> Resposta dos advogados quanto ao treinamento recebido para utilização do PJe .....                         | 31 |
| <b>Gráfico 06:</b> Resposta dos servidores quanto ao treinamento recebido para utilização do PJe .....                        | 31 |
| <b>Gráfico 07:</b> Resposta geral quanto ao conhecimento na utilização do PJe .....   | 32 |
| <b>Gráfico 08:</b> Resposta dos servidores quanto ao conhecimento na utilização do PJe .....                                  | 33 |
| <b>Gráfico 09:</b> Resposta dos advogados quanto ao conhecimento na utilização do PJe .....                                   | 33 |
| <b>Gráfico 10:</b> Resposta geral quanto as dificuldades encontradas na utilização do PJe .....                               | 34 |
| <b>Gráfico 11:</b> Resposta dos servidores quanto as dificuldades encontradas na utilização do PJe .....                      | 35 |
| <b>Gráfico 12:</b> Resposta dos advogados quanto as dificuldades encontradas na utilização do PJe .....                       | 35 |
| <b>Gráfico 13:</b> Resposta geral quanto as vantagens na utilização do PJe .....  | 36 |
| <b>Gráfico 14:</b> Resposta dos servidores quanto as vantagens na utilização do PJe .....                                     | 37 |

|   |    |
|---|----|
| <b>Gráfico 15:</b> Resposta dos advogados quanto as vantagens na utilização do PJe .....        | 37 |
| <b>Gráfico 16:</b> Resposta geral sobre a obediência ao princípio da publicidade .....          | 38 |
| <b>Gráfico 17:</b> Resposta dos servidores sobre a obediência ao princípio da publicidade ..... | 38 |
| <b>Gráfico 18:</b> Resposta dos advogados sobre a obediência ao princípio da publicidade .....  | 39 |
| <b>Gráfico 19:</b> Resposta geral sobre a obediência ao princípio da eficiência .....           | 40 |
| <b>Gráfico 20:</b> Resposta dos servidores sobre a obediência ao princípio da eficiência .....  | 40 |
| <b>Gráfico 21:</b> Resposta dos advogados sobre a obediência ao princípio da eficiência .....   | 41 |
| <b>Gráfico 22:</b> Resposta geral sobre a obediência ao princípio da celeridade.....            | 41 |
| <b>Gráfico 23:</b> Resposta dos servidores sobre a obediência ao princípio da celeridade .....  | 42 |
| <b>Gráfico 24:</b> Resposta dos advogados sobre a obediência ao princípio da celeridade .....   | 42 |
| <b>Gráfico 25:</b> Resposta geral sobre o tipo de conexão utilizado .....                       | 43 |
| <b>Gráfico 26:</b> Resposta dos servidores sobre o tipo de conexão utilizado .....              | 44 |
| <b>Gráfico 27:</b> Resposta dos advogados sobre o tipo de conexão utilizado.....                | 44 |
| <b>Gráfico 28:</b> Resposta geral sobre o navegador utilizado .....                             | 45 |
| <b>Gráfico 29:</b> Resposta dos servidores sobre o navegador utilizado .....                    | 46 |
| <b>Gráfico 30:</b> Resposta dos advogados sobre o navegador utilizado .....                     | 46 |
| <b>Gráfico 31:</b> Resposta geral sobre o momento da implantação do PJe .....                   | 47 |
| <b>Gráfico 32:</b> Resposta dos servidores sobre o momento da implantação do PJe .....          | 48 |
| <b>Gráfico 33:</b> Resposta dos advogados sobre o momento da implantação do PJe .....           | 48 |

## **LISTA DE TABELAS**

|   |    |
|---|----|
| <b>Tabela 01:</b> Tabela de comparação entre processos físicos e eletrônicos<br>na 4ª Vara Cível da Comarca de Cacoal ..... | 52 |
|---|----|

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>14</b> |
| <br><b>1 O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO .....</b>   | <b>16</b> |
| 1.1 A NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO .....                             | 16        |
| 1.2 A LEI 11.419 .....  | 16        |
| 1.3 A CRIAÇÃO DO PJE .....  | 17        |
| 1.4 A IMPLANTAÇÃO DO PJE EM RONDÔNIA .....  | 18        |
| <br><b>2 A OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS .....</b>  | <b>20</b> |
| 2.1 OS PRINCÍPIOS .....   | 20        |
| 2.2 O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA .....   | 21        |
| 2.3 O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE .....  | 22        |
| 2.4 O PRINCÍPIO DA CELERIDADE .....   | 23        |
| <br><b>3 A IMPLANTAÇÃO DO PJE NA COMARCA DE CACOAL .....</b>                              | <b>25</b> |
| 3.1 AS DIVERGÊNCIAS DE OPINIÕES QUANTO AO PJE EM CACOAL .....                             | 25        |
| 3.2 A NECESSIDADE DE BUSCAR A OPINIÃO REAL DE ADVOGADOS E<br>SERVIDORES SOBRE O PJE ..... | 26        |
| 3.3 PESQUISA DE CAMPO .....   | 26        |
| 3.3.1 Quanto À Utilização Do Pje .....  | 26        |
| 3.3.2 Quanto À Frequência De Utilização Do Pje .....                                      | 27        |
| 3.3.3 Quanto Ao Treinamento Para Utilização Do PJe .....                                  | 29        |
| 3.3.4 Quanto Ao Conhecimento No Pje .....   | 31        |
| 3.3.5 As Maiores Dificuldades Encontradas No PJe .....                                    | 32        |
| 3.3.6 As Maiores Vantagens Encontradas No PJe .....                                       | 35        |

|   |           |
|---|-----------|
| 3.3.7 A Obediência Ao Princípio Da Publicidade .....              | 36        |
| 3.3.8 A Obediência Ao Princípio Da Eficiência.....                | 38        |
| 3.3.9 A Obediência Ao Princípio Da Celeridade.....                | 40        |
| 3.3.10 Quanto Ao Tipo De Conexão .....                            | 42        |
| 3.3.11 Quanto Ao Navegador Utilizado .....                        | 44        |
| 3.3.12 Quanto Ao Momento De Implantação Do PJE .....              | 46        |
| 3.3.13 Algumas Opiniões De Advogados E Servidores.....            | 47        |
| <br><b>4 A DURAÇÃO DO PROCESSO .....</b>                          | <b>50</b> |
| 4.1 A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO .....                          | 50        |
| 4.2 COMPARANDO OS PROCESSOS FÍSICOS E ELETRÔNICOS .....           | 50        |
| 4.2.1 Da Distribuição À Conclusão Para Despacho Inicial .....     | 51        |
| 4.2.2 Da Conclusão Para Despacho Inicial Ao Despacho Inicial..... | 52        |
| 4.2.3 Do Despacho Inicial À Conclusão Para Sentença .....         | 52        |
| 4.2.4 Da Conclusão Para Sentença À Sentença.....                  | 54        |
| 4.2.5 Da Duração Total Do Processo .....                          | 54        |
| <br><b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                              | <b>56</b> |
| <br><b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                       | <b>60</b> |

## INTRODUÇÃO

A celeridade sempre foi o objetivo principal dos órgãos competentes, que têm tentado atingir estas condições através de diversas ações implantadas, como criação de Metas, implantação de Juizados e outros. A criação do PJe busca solucionar alguns entraves burocráticos existentes no tradicional trâmite do processo, eliminando etapas, tais como: a autuação do processo, protocolo de petições no cartório para posterior juntada aos autos, entre outros. Isso tem o objetivo de diminuir o tempo de tramitação de uma demanda.

Por outro lado, é cediço que para alcançar a eficiência do processo necessário se faz que o profissional do direito, no cumprimento de suas atribuições, tenha acesso eficaz ao sistema PJe. Para que isso ocorra é necessária internet de qualidade, realidade não presente na Comarca de Cacoal. A ausência de conhecimentos mínimos em informática apresenta-se também como obstáculo para uma parte considerável dos advogados que ignoram termos específicos como *plugin* e *browser*, e simples operações como *download* e *upload* de arquivos.

Neste contexto, tomando-se como base a implantação do PJe na Comarca de Cacoal, questiona-se se diante de todos os entraves externos, acima apresentados, os princípios que norteiam o Processo Judicial Eletrônico, em especial o Princípio da eficiência, da publicidade e da celeridade processual, ficarão comprometidos, ou não?

O presente estudo busca obter, junto aos servidores do Poder Judiciário lotados na Comarca de Cacoal, bem como aos advogados que atuam na mesma Comarca, informações suficientes para dirimir quais as dúvidas existentes sobre a implantação do PJe. Busca-se, com este estudo, confirmar se a utilização do PJe obedece a princípios básicos do Direito Processual, como o da eficiência, da publicidade e da celeridade.



Para dar mais credibilidade ao estudo, os números apresentados serão comparados diferenciando os resultados obtidos junto aos servidores e aos advogados. Este comparativo poderá indicar, de forma mais clara, onde estão as principais falhas que possam impedir a utilização adequada do sistema.

Após este estudo, buscar-se-á apontar estas falhas, bem como sugerir soluções possíveis ou amenizar suas consequências. Acredita-se que com este estudo pode-se auxiliar na continuidade deste processo de adaptação do poder judiciário, bem como dos advogados de Cacoal, a este novo sistema que busca melhorar a prestação jurisdicional em todo o país.

# **1 O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

## **1.1 A NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

Engana-se quem pensa que apenas segmentos diretamente relacionados à informática é que se desenvolveram junto às tecnologias. Um exemplo disso é o setor judiciário. Com os avanços tecnológicos alcançados surgiram novidades como o Direito da Informática e a Informática Jurídica. Mas um não pode se confundir com o outro.

Assim, segundo Castro (2007, n.p.), o Direito da Informática “estuda as implicações e problemas jurídicos surgidos com a utilização das modernas tecnologias da informação”, enquanto a Informática jurídica “trata da utilização otimizada da informática pelos profissionais ou operadores do direito e nas atividades de natureza jurídica”.

Tratando de Informática Jurídica, há tempos busca-se, através da informatização do poder judiciário, combater a morosidade na tramitação dos processos judiciais. Ano após ano a morosidade processual no Poder Judiciário se destaca entre as reclamações feitas junto à Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chegando ao percentual de quase 50% do total de atendimentos. Segundo levantamento feito entre os meses de Abril a Junho de 2014, dos 5.070 atendimentos realizados pela Ouvidoria, 2.306 foram relacionados à demora no julgamento de ações judiciais e 98% desse total foram reclamações.

Pensando nisso deu-se a regulamentação do processo eletrônico através da Lei 11.419 de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial. O texto legal da lei determinou que os órgãos do Poder Judiciário é quem teriam a competência para regulamentar a Lei no âmbito de suas respectivas regiões. Isto gerou uma série de Resoluções acerca do processo eletrônico no âmbito do Judiciário Brasileiro.

## **1.2 A LEI 11.419**

A Lei que trata do Processo Judicial Eletrônico contém 22 artigos e está organizada em quatro capítulos. Em seu primeiro capítulo a Lei trata da informatização do processo judicial. Neste capítulo ela traz as regras básicas para a criação de um sistema de comunicação eletrônica.

O segundo capítulo garante que deve haver comunicação eletrônica dos atos processuais.

Já o terceiro capítulo fala da utilização de autos digitais, descartando a utilização de papel, como era o tradicional.

Seu quarto e derradeiro capítulo trata das “disposições gerais e finais”, trazendo em seu artigo 20 as modificações feitas no Código de Processo Civil.

Destacam-se na implantação do PJe a transparência dos dados e a celeridade processual.

Almeida Filho (2010, p. 256) destaca:

É indiscutível a necessidade da criação de meios eletrônicos para a prática de atos processuais. Em virtude desta necessidade, a idealização de um processo totalmente digitalizado se apresenta como uma forma de aceleração do Judiciário, tornando menos moroso o trâmite processual.

Leonardo Greco (2001, p.86) também destaca:

Em vários países, a informática vem sendo utilizada mais intensamente na melhoria da qualidade e da celeridade dos serviços judiciários, bem como na montagem de uma infraestrutura normativa e administrativa amplamente indispensável ao desenvolvimento seguro das relações jurídicas.

A lei que instituiu o PJe no Brasil e delineou como o mesmo deveria proceder, foi um marco da implantação dos meios tecnológicos na seara jurídica, entretanto discretas iniciativas já vinham acontecendo antes de sua implantação no poder Judiciário.

### 1.3 A CRIAÇÃO DO PJE

Apenas em caráter de esclarecimento, há que se diferenciar o Processo Judicial Eletrônico, criado e regulamentado pela Lei 11.419 e o Processo Judicial Eletrônico – Pje, sistema criado para possibilitar a aplicação da Lei citada. Este segundo não foi o primeiro sistema criado com este objetivo e, tampouco, foi de pronto uniformizado em todos os Tribunais.

Na tentativa de dar cumprimento à Lei 11.419, os Tribunais de todo o país passaram a criar sistemas próprios de movimentação e administração dos processos, alguns já na tentativa de tornar o processo totalmente eletrônico e outros mantendo o processo físico, mas com o controle eletrônico de seu andamento.

A referida Lei determina que:

Art. 8º. Os órgãos do Poder Judiciário poderão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais,

utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.

Parágrafo único. Todos os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida nesta Lei.

Acontece que o desenvolvimento, por parte de cada Órgão do Poder Judiciário, gerava uma dificuldade de unificar os dados disponíveis. Isto gerou uma série de Resoluções acerca do processo eletrônico no âmbito do Judiciário Brasileiro. Após a criação de diversos sistemas, cada qual com o seu objetivo, o Conselho Nacional de Justiça, optou por um único sistema para ser utilizado no Poder Judiciário, com o objetivo era uniformizar o processo eletrônico em todo o país. Assim surgiu o Processo Judicial Eletrônico - PJe, que teve sua utilização iniciada a partir do dia 29 de março de 2010, inicialmente apenas na Justiça do Trabalho, através da celebração do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 51/2010, entre o CNJ, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que tinha o seguinte objetivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente acordo tem por objeto a inserção da Justiça do Trabalho nas ações atinentes ao desenvolvimento de sistema de Processo Judicial Eletrônico a ser utilizado em todos os procedimentos judiciais.

Parágrafo Único - Este ajuste deriva do Acordo de Cooperação Técnica nº 73, de 15 de setembro de 2009, firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais, que passa a integrar este Instrumento.

Já a definição do PJe como único sistema adotado pelo Poder Judiciário está na Resolução 185/13 do CNJ, que resolveu “Instituir o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema informatizado de processo judicial no âmbito do Poder Judiciário e estabelecer os parâmetros para o seu funcionamento”. A partir desta Resolução foram definidas as regras a serem adotadas para a implantação, utilização, administração e, enfim, para a operação do PJe em todo o Brasil.

#### 1.4 A IMPLANTAÇÃO DO PJE EM RONDÔNIA

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia deu início à implantação do PJE no Estado no dia 15 de setembro de 2014. Na época, em matéria disponibilizada no site do TJRO (2015, n.p.), era emitida a seguinte opinião sobre a implantação do sistema:

O desembargador Alexandre Miguel, presidente do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico destacou que a implantação do PJe está aprimorando no judiciário rondoniense a cultura eletrônica e demarcando a transição da substituição

dos processos físicos pelos virtuais, fazendo com que todos se acostumem gradativamente com esse avanço tecnológico.

Na oportunidade o sistema atendia apenas aos Juizados Especiais Cíveis de Porto Velho e na Turma Recursal.

Em 06 de julho de 2015 o TJRO deu início à implantação do PJe no âmbito do 2º Grau e das Varas Cíveis, de Fazenda Pública e de Família da Capital. Na sequência foi implantado o sistema nas demais Comarcas do Estado, chegando às Varas Cíveis de Cacoal em setembro de 2015. Ainda está pendente a implantação do sistema no âmbito criminal, sem previsão para isto.

## 2 A OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS

### 2.1 OS PRINCÍPIOS

Os princípios têm o objetivo de informar, orientar e inspirar regras gerais a serem adotadas. Os princípios devem sempre ser considerados, seja na criação ou na aplicação de uma norma. Miguel Reale (2003, p.37) considera que:

Princípios são enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, a aplicação e integração ou mesmo para a elaboração de novas normas. São verdades fundantes de um sistema de conhecimento, como tais admitidas, por serem evidentes ou por terem sido comprovadas, mas também por motivos de ordem prática de caráter operacional, isto é, como pressupostos exigidos pelas necessidades da pesquisa e da práxis.

Pode-se concluir que o princípio inspira a criação da norma e tem a função de instruir o legislador. Mauricio Godinho Delgado (2011, p.180) trata que:

Princípio traduz, de maneira geral, a noção de proposições fundamentais que se formam na consciência das pessoas e grupos sociais, a partir de certa realidade, e que, após formadas, direcionam-se à compreensão, reprodução ou recriação dessa realidade.

Violar um princípio é mais grave do que a violação de uma regra, conforme destacou Celso Antônio Bandeira de Mello (2000, p. 747-748):

Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. Isto porque, com ofendê-lo, abatem-se as vigas que o sustentam e alui-se toda a estrutura nelas esforçada.

Para Miguel Reale (2003, p. 303-304) os princípios se dividem em três categorias:

- a) princípios omnivalentes, quando são válidos para todas as formas de saber, como é o caso dos princípios de identidade e de razão suficiente;
- b) princípios plurivalentes, quando aplicáveis a vários campos de conhecimento, como se dá com o princípio de causalidade, essencial às ciências naturais, mas não extensivo a todos os campos do conhecimento;
- c) princípios monovalentes, que só valem no âmbito de determinada ciência, como é o caso dos princípios gerais de direito.”

No mesmo sentido REALE (2003, p. 305) fala da amplitude da função integradora dos princípios:

A nosso ver, princípios gerais de direito são enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, quer para sua aplicação e integração, quer para a elaboração de novas normas. Cobrem, desse modo, tanto o campo da pesquisa pura do Direito quanto o de sua atualização prática.

Alguns deles se revestem de tamanha importância que o legislador lhes confere força de lei, com a estrutura de modelos jurídicos, inclusive no plano constitucional, consoante dispõe a nossa Constituição sobre os princípios de isonomia (igualdade de todos perante a lei), de irretroatividade da lei para a proteção dos direitos adquiridos, etc.

Com esta linha de pensamento, ressaltada pelos doutrinadores citados, considera-se que os princípios devem ser considerados como forma de garantir a aplicação da lei de uma forma que se proteja os direitos previamente conquistados. Assim, busca-se neste estudo assegurar que o cumprimento de princípios como o da Eficiência, Publicidade e Celeridade, estejam sendo obedecidos com a implantação do PJe.

## 2.2 O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

Para a criação do PJe, um dos princípios considerados foi o da eficiência que, como o próprio nome diz, busca garantir que o processo seja eficiente na busca pelo Direito pleiteado. Este princípio só foi garantido constitucionalmente com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, quando passou a fazer parte do rol dos princípios que norteiam a administração, conforme disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal, verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** e, também, ao seguinte [...] (grifei)

Vale destacar que quando o artigo trata de Administração Pública, em regra, pensa-se na administração gerida pelo Executivo. Porém não se pode esquecer que, sendo o Poder uno, como propôs Montesquieu, sua divisão não gerou três poderes, mas apenas iluminou-nos para que, de forma autônoma e harmônica, convivessem Executivo, Legislativo e Judiciário, propiciando uma melhor e eficaz existência do Estado.

Apesar de sua inserção em nossa Carta Magna apenas com a Emenda nº 19, o princípio da eficiência já era previsto em algumas leis infraconstitucionais, como o Decreto Lei nº 200/67 em seus artigos 13 e 25, inciso V; da Lei de Concessões e Permissões nº 8987/95, artigos 6º, §1º e 7º, inciso I e do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8078/90, artigos 4º, inciso VII, artigo 6º, inciso X e artigo 22, caput.

Na visão de Diógenes Gasparini (2005, p. 21):

O princípio da eficiência impõe à Administração Pública direta e indireta a obrigação de realizar suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, além, por certo, de observar outras regras, a exemplo do princípio da legalidade.

Já Hely Lopes Meirelles (2011, p. 98) define esse princípio como sendo um dos deveres da Administração Pública, sendo aquele que “exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional”. Diz ainda que:

[...] é o mais moderno princípio da função administrativa, que já não contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e seus membros. [...] a partir da Emenda Constitucional 45/2004 a eficiência passou a ser um direito com sede constitucional, pois, no título II, Dos Direitos e Garantias fundamentais, inseriu no artigo 5º, o inciso LXXVIII, que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Assim, aquele servidor que não agir com celeridade e que, de certa forma, for culpado pelo atraso na tramitação do processo, pode ser responsabilizado.

Apesar da importância deste princípio, há que cuidar-se que, na tentativa de fazê-lo valer, não se sobreponha a outros princípios, como explica Maria Sylvia Zanella di Pietro (2011, p.85):

[...] a eficiência é princípio que se soma aos demais princípios impostos à Administração, não podendo sobrepor-se a nenhum deles, especialmente ao da legalidade, sob pena de sérios riscos à segurança jurídica e ao próprio Estado de Direito.

Com o que foi dito, considera-se que esse princípio surgiu de modo a garantir à sociedade a busca por seus direitos, de forma legal acrescentando a ideia de que o mesmo aperfeiçoa os resultados e atende ao interesse público de forma adequada, satisfatória e eficaz.

## 2.3 O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

Outro princípio que foi levado em consideração para justificar a implantação do PJe é o Princípio da Publicidade. O princípio da Publicidade trata do dever de dar total transparência a todos os atos praticados, além de fornecer todas as informações eventualmente solicitadas. Em regra geral, nenhum ato praticado pode ser sigiloso, porém existem exceções. Os atos que tem relação com a segurança da sociedade ou do Estado, ou aqueles de conteúdo que infringem o direito à intimidade (artigo 37, § 3º, inciso II, da Constituição Federal de 1988), devem ser mantidos em segredo de justiça.



Com o PJe, o acesso público ao processo é facilitado e, de forma virtual, tem-se acesso ao processo na íntegra, através da rede mundial de computadores, o que antes só era possível por meio físico no cartório, já que o sistema anterior utilizado no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, o SAP, só permitia visualização, por meio da internet, da movimentação do processo e não do seu conteúdo. Este princípio é garantido, entre outros, no artigo 11 do Novo Código de Processo Civil, onde trata que “Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade” e no Artigo 5º, inciso LX da CF/88, que determina que “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”.

Marinoni (2008, p. 511) considera que “os princípios dão valor normativo aos fatos, indicando como a lei deve ser dimensionada, de modo a não agredi-los”. Deste modo, de acordo com Rocha (2009, p. 267):

[...] o princípio da publicidade é exigência do Estado Democrático de Direito, fundado na soberania popular, com a qual, inclusive, deve se conformar a atividade jurisdicional desenvolvida pelo Poder Judiciário.

A publicidade tem dois caminhos distintos. Inicialmente tem destinação às partes envolvidas no processo e, posteriormente, é destinada ao público. Neste norte, somente a destinação ao público pode ser feita de forma controlada, considerando a segurança da sociedade ou do Estado, ou aqueles conteúdos que infringem o direito à intimidade, como já explicado. Porém deve ser dada a publicidade integral do processo, em qualquer caso, às partes nele envolvidas.

Assim, o Processo Judicial Eletrônico tem como objetivo facilitar este acesso, seja pelo público ou apenas pelas partes.

## 2.4 O PRINCÍPIO DA CELERIDADE

Um dos principais objetivos do PJe é o de satisfazer o Princípio da Celeridade Processual. Cabe destacar que este princípio ficou garantido a partir do dia 31 de dezembro de 2004, quando entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 45, promulgada aos 08 de dezembro daquele ano, que trouxe diversas alterações na Carta Constitucional de 1988.

A alteração referente ao Princípio da Celeridade Processual se garante no artigo 5º, inciso LXXVII, nos seguintes termos:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Deste modo, fica fácil a percepção que a referida emenda veio inserir ao rol dos direitos e garantias fundamentais, o direito público subjetivo à celeridade processual.

O princípio da celeridade busca uma atividade processual que, sem comprometer os demais postulados do processo, atenda à expectativa das partes num lapso temporal adequado e útil para elas. A celeridade processual está associada a ideia de garantir ao jurisdicionado o acesso a um processo sem dilações indevidas. (BONFIM, 2008, p.58).

### **3. A IMPLANTAÇÃO DO PJE NA COMARCA DE CACOAL**

#### **3.1 AS DIVERGÊNCIAS DE OPINIÕES QUANTO AO PJE EM CACOAL**

Com a implantação do PJe na Comarca de Cacoal, percebeu-se junto a advogados que atuam na Comarca, que estes divergiam entre prós e contras acerca do sistema e do momento em que ele foi implantado, por não haver no município a oferta de uma internet de qualidade satisfatória. Em conversas de corredores, no átrio do Fórum da Comarca de Cacoal, cogitavam a possibilidade de a prestação jurisdicional restar prejudicada, tanto no desempenho das funções dos advogados, como na tutela buscada por seus clientes. Isto poderia confrontar os princípios da celeridade, da publicidade e da eficiência do processo.

Os problemas encontrados pelos advogados de Cacoal eram comuns em todo o Estado e motivaram a OAB/RO, em outubro de 2015, a protocolar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pedido de providências, requerendo a imediata suspensão da continuidade da implantação do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça de Rondônia. A iniciativa foi tomada através de deliberação do Conselho Seccional em sessão ordinária. A motivação teria surgido do fato de a OAB/RO já haver formulado diversas recomendações ao TJRO, no que diz respeito aos problemas encontrados por advogados, e o Tribunal, mesmo assim, ter mantido o cronograma de implantação.

Na ocasião o Presidente da Comissão de Acesso a Justiça e Tecnologia e Informática da OAB/RO, Felipe Pestana, disse o seguinte, em matéria vinculada no site da OAB/RO (2015, n.p.):

A advocacia rondoniense já vinha sofrendo com os problemas apresentados pelo Projudi, pela deficiência que aquela ferramenta apresentava, em especial no que diz respeito às atualizações do java e o funcionamento completo da ferramenta. A substituição para o PJe fez nascer um sentimento de inovação, uma vez que a nova ferramenta tem suas atualizações realizadas por uma equipe nacional que comporta os apontamentos de todo o país. O que não podíamos esperar é que justamente o fato da centralização do CNJ causaria tantos problemas e demora no atendimento das demandas.

Em Decisão Monocrática, o Conselho Nacional de Justiça, suspendeu a implementação do PJE, bem como a exigência de sua utilização no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, apenas nas localidades do interior do Estado que não se enquadrem na Resolução CNJ 185, em especial ao Art. 8º e Parágrafo único; Art. 10 e § 2º e § 3º; Art. 12; Art. 13 e § 1º; Art. 18 e § 1º; Art. 40; Art. 41 e § 1º e § 2º, até que sejam resolvidos os problemas apontados.

Após esta Decisão, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia considerou que todas as Comarcas do interior do Estado se enquadravam na referida Resolução, dando assim continuidade à implantação do sistema.

### 3.2 A NECESSIDADE DE BUSCAR A OPINIÃO REAL DE ADVOGADOS E SERVIDORES SOBRE O PJE

Para que o assunto não fosse discutido apenas através de conversas de corredores, fez-se necessária a realização de um estudo de campo junto a advogados e servidores do Poder Judiciário na Comarca de Cacoal/RO. A consulta teve como objetivo analisar o grau de satisfação destes quanto à implantação do PJe nesta Comarca e, conseqüentemente, conhecer as principais dificuldades encontradas, na tentativa de buscar propostas de solução.

O estudo foi elaborado de forma cuidadosa, na tentativa de extrair o máximo de informações possível dos entrevistados. Cada entrevistado assinou um Termo de Consentimento (Anexo I) e, em seguida respondeu ao questionário (Anexo II). As informações colhidas foram devidamente tabuladas e transformadas em gráficos. Estes foram analisado e conflitados para elaboração do presente estudo.

Foram ouvidos 47 (quarenta e sete) entrevistados. Destes, 35 (trinta e cinco) advogados e 12 (doze) servidores.

### 3.3 PESQUISA DE CAMPO

#### 3.3.1 Quanto À Utilização Do Pje

O fato de o PJe ser hoje o único meio possível para que o advogado ingresse com uma nova ação cível no Poder Judiciário do Estado de Rondônia, fez com que o primeiro quesito estudado fosse respondido à unanimidade. Os 47 (quarenta e sete) entrevistados disseram utilizar o sistema PJe.

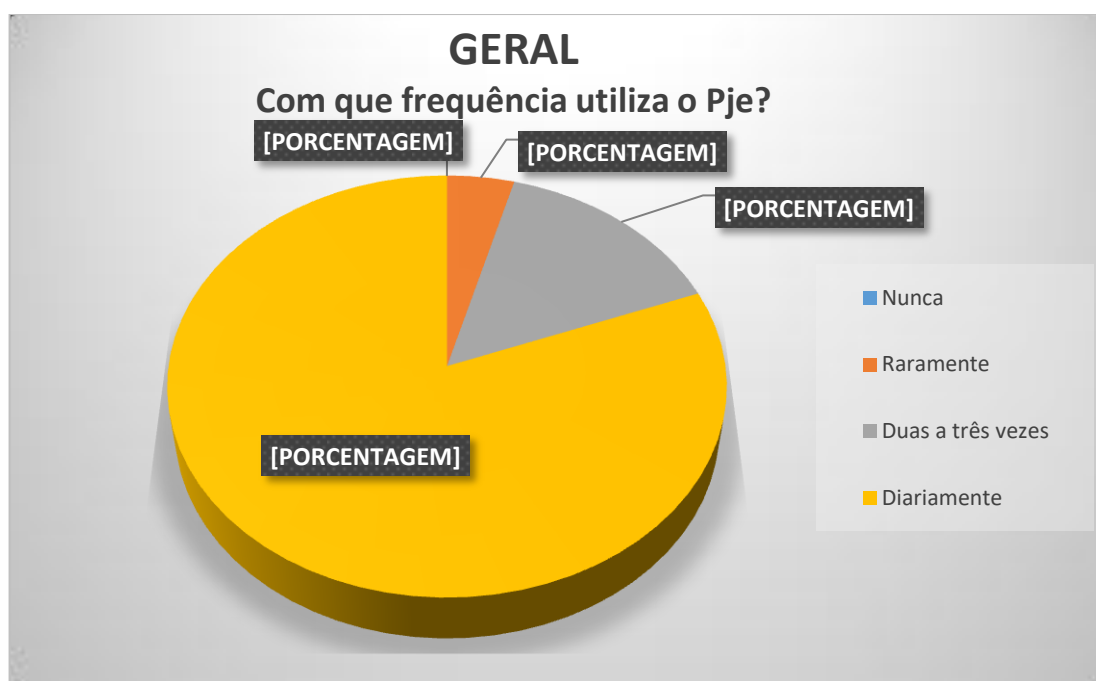
Este resultado demonstra que, mesmo com as dificuldades que podem existir, todos usuários realizaram as burocracias necessárias para a utilização do sistema, como a confecção do certificado digital.

A elaboração do Certificado Digital para servidores do Poder Judiciário ocorreu através de um convênio entre o TJRO e a Caixa econômica Federal. Já os advogados precisaram cumprir as burocracias individualmente.

### 3.3.2 Quanto À Frequência De Utilização Do Pje

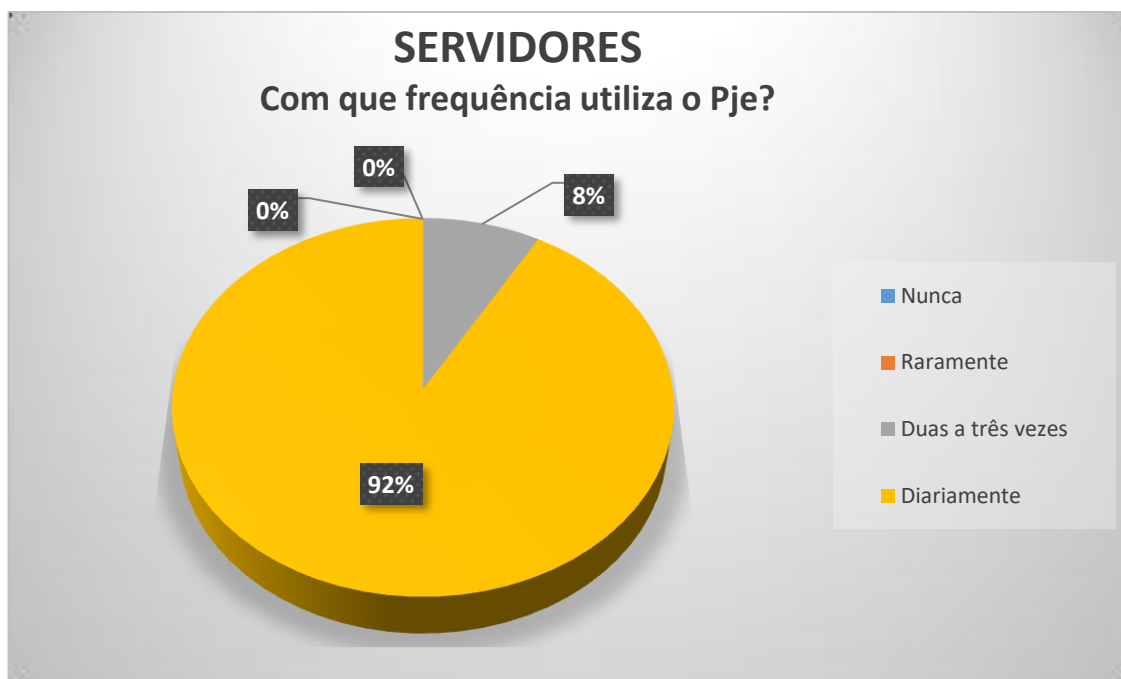
O segundo quesito estudado foi quanto à frequência com que cada entrevistado utiliza o PJe. De forma estimulada, foram apresentadas as opções “Nunca”, “Raramente”, “Duas a três vezes por semana” e “Diariamente”.

Neste questionamento constatou-se que nenhum entrevistado escolheu a opção “Nunca”, 4% (quatro por cento) dos entrevistados dizem utilizar “Raramente”, 15% utilizam de “Duas a três vezes por semana”, mas a grande maioria, 81% (oitenta e um por cento) utilizam diariamente, conforme “Gráfico 01”.



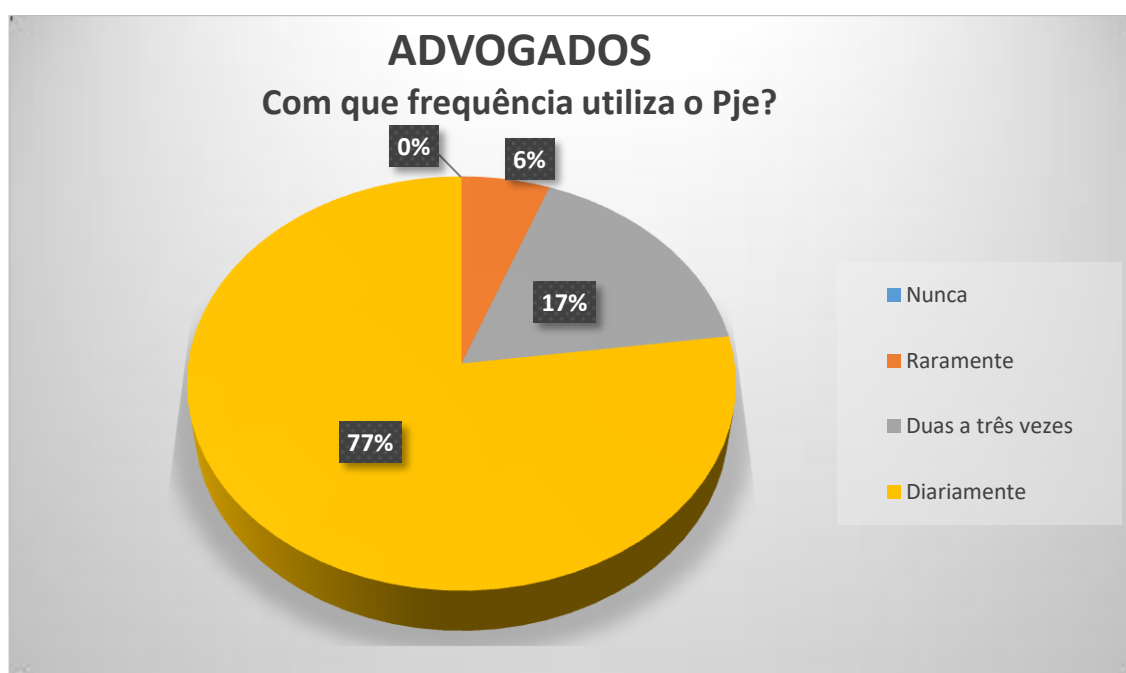
**Gráfico 01:** Resposta Geral ao questionamento sobre a frequência de utilização do PJe

Tratando-se apenas dos servidores do Tribunal de Justiça (Gráfico 02), lotados na Comarca de Cacoal, 92% (noventa e dois por cento) utilizam o sistema “diariamente” e 8% (oito por cento) utilizam de “duas a três vezes por semana”. Esta pequena variação se dá ao fato da existência de processos físicos que ainda necessitam de atenção. Alguns servidores adotam como rotina, alternar os dias de trabalho no PJe com os de trabalho nos processos físicos.



**Gráfico 02:** Resposta dos Servidores do Poder Judiciário ao questionamento sobre a frequência de utilização do PJe

Já na análise feita exclusivamente com advogados (Gráfico 03), embora todos utilizem o sistema, alguns alegam utilizá-lo raramente. Foram 6% (seis por cento) dos advogados que assinalaram esta opção, enquanto 17% (dezessete por cento) disseram utilizar de “duas a três vezes por semana” e 77% (setenta e sete por cento) utilizam diariamente.



**Gráfico 03:** Resposta dos advogados ao questionamento sobre a frequência de utilização do PJe

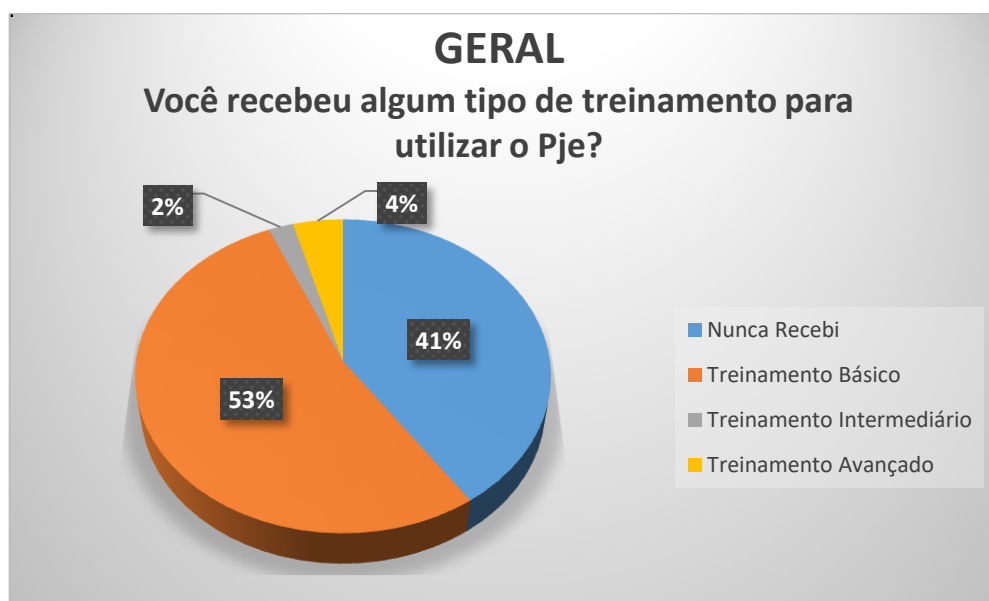
Embora a quantidade de advogados que utilizam diariamente o PJe seja considerável, ela deve aumentar à medida em que os processos físicos existentes forem sendo extintos.

### 3.3.3 Quanto Ao Treinamento Para Utilização Do PJe

Outro levantamento realizado foi quanto ao nível de treinamento recebido por cada entrevistado. Esta consulta apresentou como alternativas as opções “Nunca Recebi”, “Treinamento Básico”, “Treinamento Intermediário” e “Treinamento Avançado”.

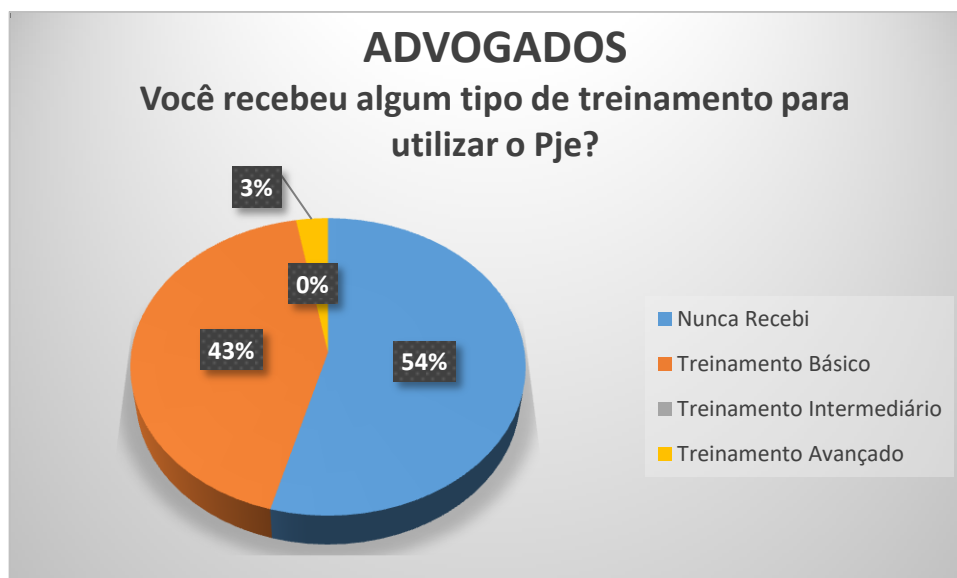
Neste quesito surgiu a primeira questão que necessita de atenção. Dos entrevistados, 41% (Quarenta e um por cento) não receberam nenhum tipo de treinamento para utilização do PJe. Acontece que, como qualquer sistema de informática, o PJe tem uma certa complexidade e, por mais que a intenção dos seus desenvolvedores é de que ele seja o mais intuitivo possível, o sistema possui algumas peculiaridades que exigem um conhecimento específico.

Ainda em resposta a este quesito, 53% (cinquenta e três por cento) disseram ter recebido apenas um “treinamento básico”, 2% (dois por cento) “treinamento intermediário” e apenas 4% “treinamento avançado”, conforme Gráfico 04.



**Gráfico 04:** Resposta dos entrevistados quanto ao treinamento recebido para utilização do PJe

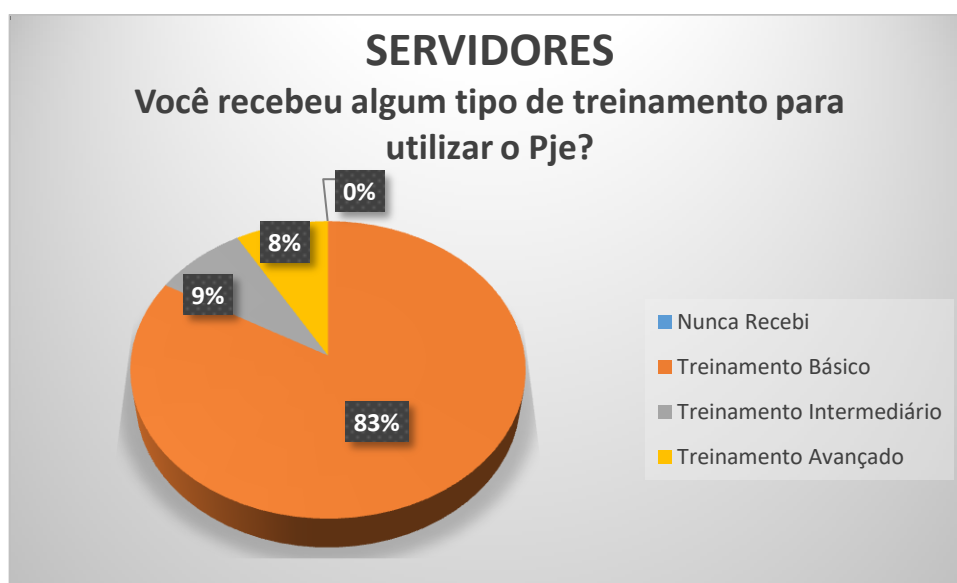
A preocupação acima se agrava ainda mais se considerados apenas as entrevistas realizadas com advogados (Gráfico 05). Desta forma o número de entrevistados que nunca recebeu treinamento chega a 54% (cinquenta e quatro por cento), enquanto 43% (quarenta e três por cento) receberam “treinamento básico” e apenas 3% (três por cento) receberam treinamento avançado.



**Gráfico 05:** Resposta dos advogados quanto ao treinamento recebido para utilização do PJe

Estes números geram preocupação, pois, o quanto a falta de treinamento por parte dos advogados pode influenciar na prestação dos seus serviços quando necessária a utilização do sistema? E de quem seria a responsabilidade pelo treinamento destes advogados? A OAB, o Tribunal de Justiça, ou cada advogado é responsável por se capacitar adequadamente.

Caminhando em sentido diferente, o Tribunal de Justiça treinou, mesmo que basicamente, todos os seus servidores. O resultado do estudo realizado mostra que todos os servidores realizaram treinamento. Do total, 83% (oitenta e três por cento) receberam “treinamento básico”, 9% (nove por cento) consideraram ter recebido “treinamento intermediário” e 8% “treinamento avançado”.



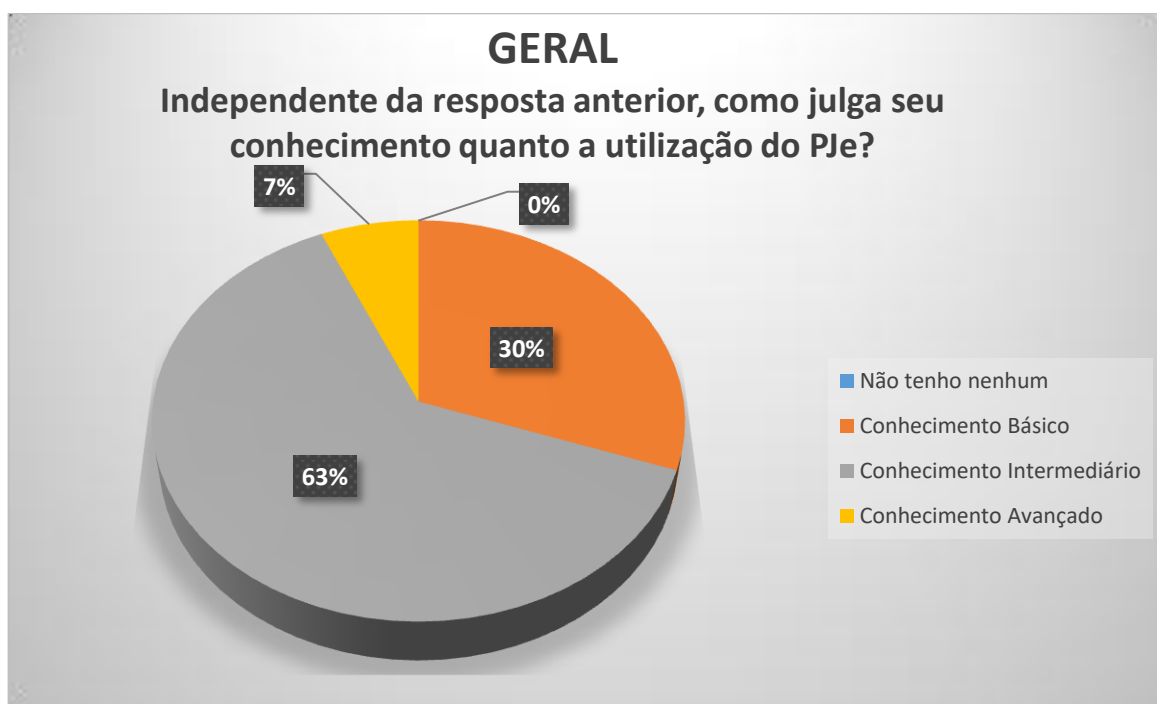
**Gráfico 06:** Resposta dos servidores quanto ao treinamento recebido para utilização do PJe



### 3.3.4 Quanto Ao Conhecimento No PJe

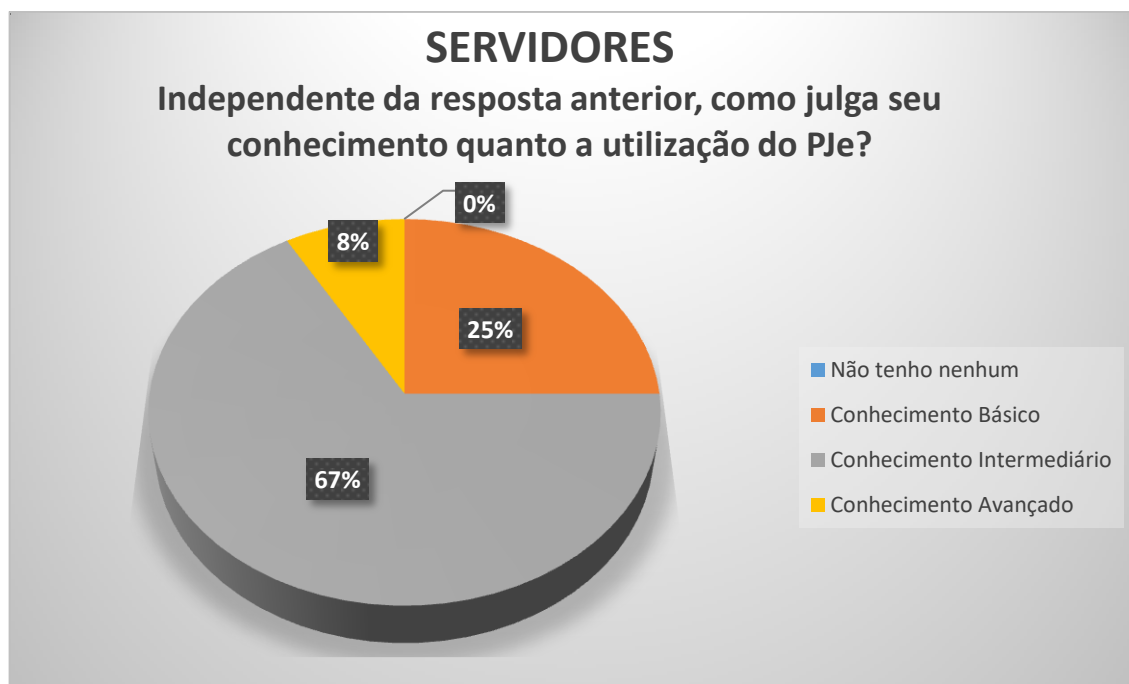
Apesar do pouco treinamento a grande maioria dos entrevistados julga ter um conhecimento intermediário quanto á utilização do PJe. Na consulta sobre o nível deste conhecimento, foram disponibilizadas aos entrevistados as seguintes opções de respostas: “Não tenho conhecimento nenhum”, “Conhecimento Intermediário”, “Conhecimento Básico” e “Conhecimento Avançado”.

De forma geral, 63% (sessenta e três por cento) consideram ter “conhecimento intermediário”, 30% (trinta por cento) conhecimento básico e 7% (sete por cento) conhecimento avançado, conforme Gráfico 07.

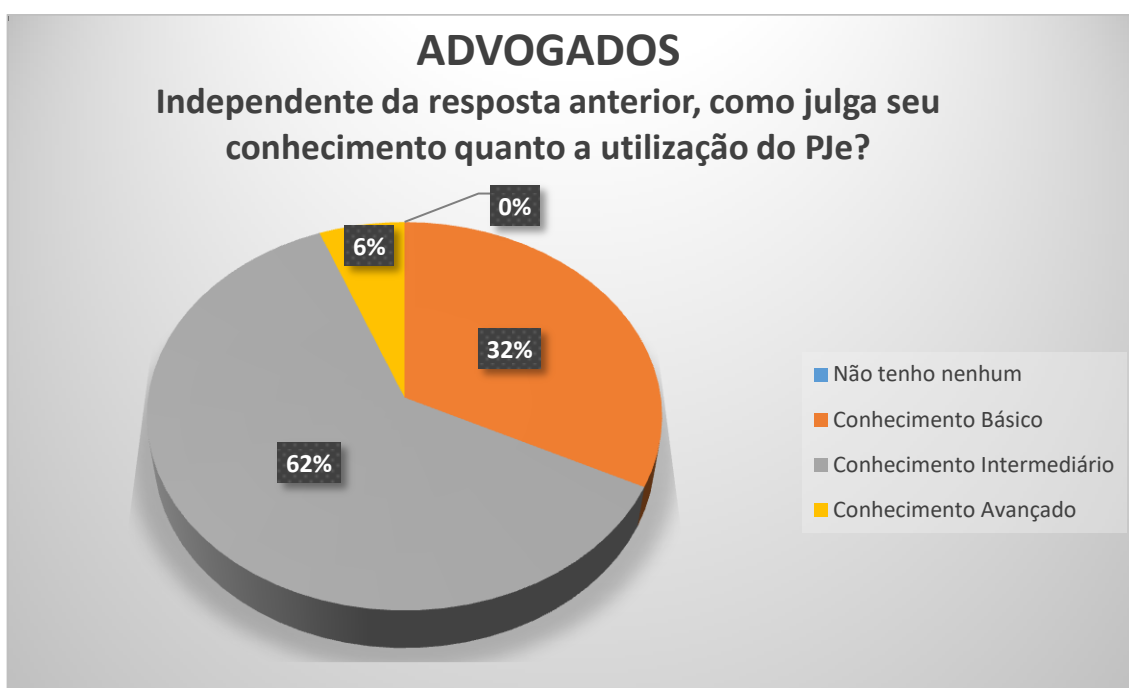


**Gráfico 07:** Resposta geral quanto ao conhecimento na utilização do PJe

Neste quesito a diferenciação entre os servidores públicos do Poder Judiciário e advogados que atuam na Comarca de Cacoal é singela. Enquanto 67% (sessenta e sete por cento) dos servidores consideram ter conhecimento intermediário, 62% (sessenta e dois por cento) dos advogados julgam ter o mesmo nível de conhecimento. Por sua vez, 8% (oito por cento) dos servidores consideram ter conhecimento avançado e 6% (seis por cento) dos advogados consideram o mesmo, conforme atesta os gráficos 08 e 09.



**Gráfico 08:** Resposta dos servidores quanto ao conhecimento na utilização do PJe



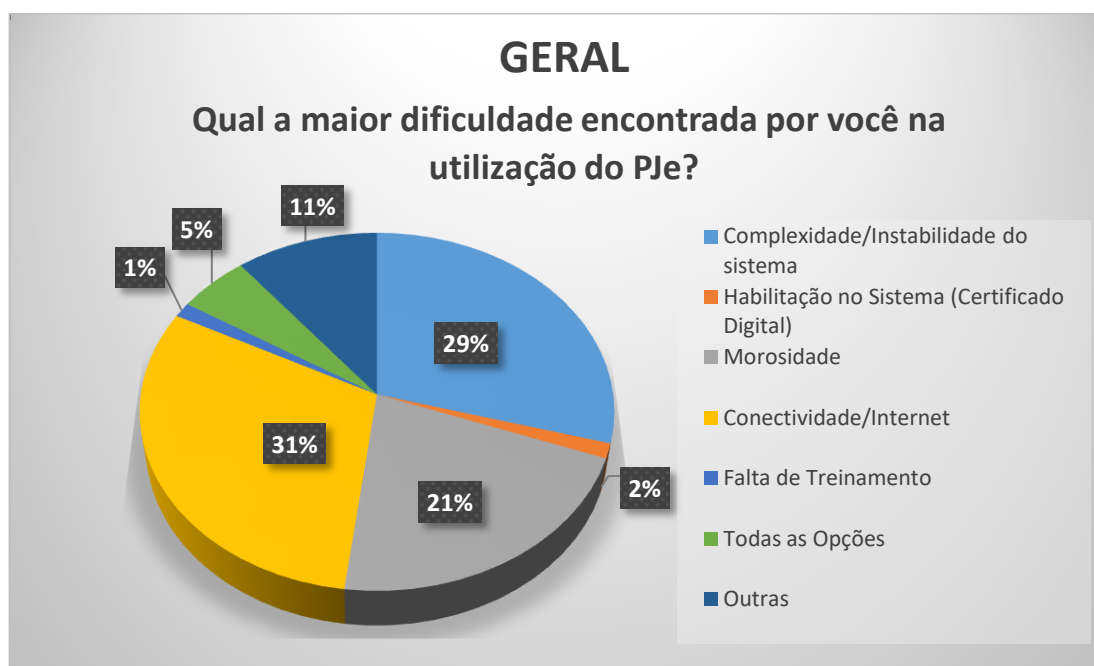
**Gráfico 09:** Resposta dos advogados quanto ao conhecimento na utilização do PJe

### 3.3.5 As Maiores Dificuldades Encontradas No PJe

Desde o seu lançamento uma série de dificuldades tem sido apontada pelos usuários do PJe. Dentre elas algumas se destacam e, desta forma, foi incluída nesta consulta uma questão para saber quais os pontos mais preocupantes na implantação e utilização do sistema.

Foram disponibilizadas as seguintes opções: “Complexidade/Instabilidade do Sistema”, “Conectividade/Internet”, “Habilitação no Sistema (Certificado Digital)”, “Falta de Treinamento”, “Morosidade”, “Todas as Opções” e a opção “Outra. Especifique:”, para que cada um possa apontar outras dificuldades existentes.

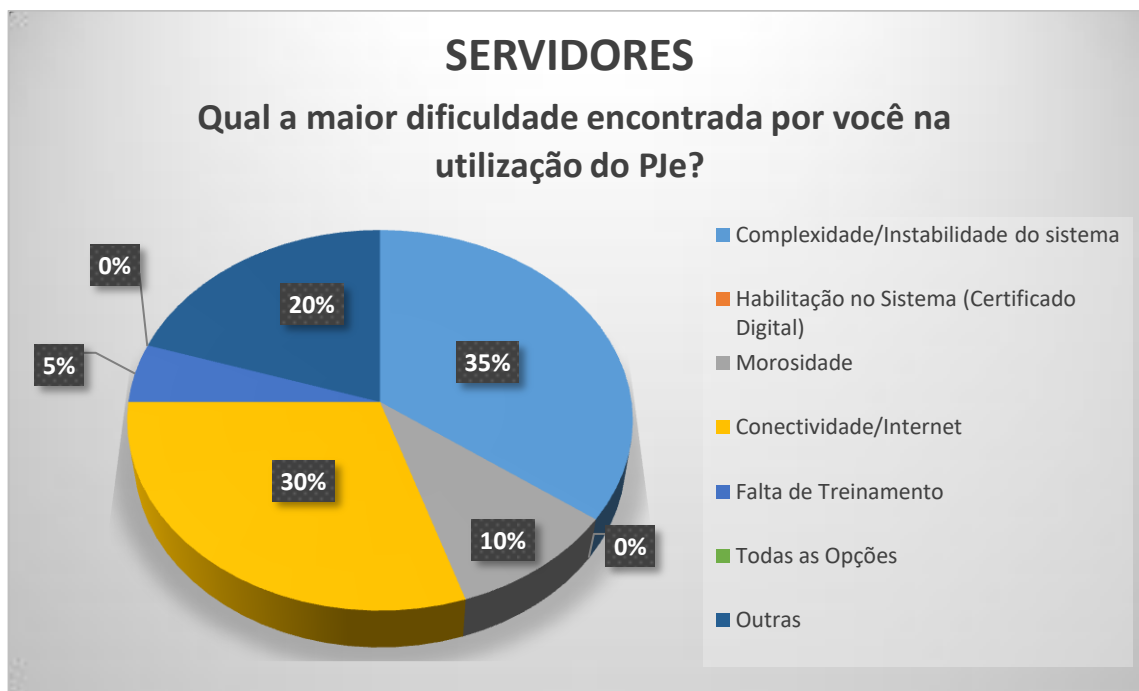
Assim, pôde ser percebido que a maior dificuldade encontrada pelos entrevistados é a conectividade ou a internet disponível na região. Esta opção foi assinalada por 31% (trinta e um por cento) dos entrevistados. Outra opção muito lembrada pelos entrevistados foi quanto à complexidade e instabilidade do sistema. Esta opção foi citada por 29% (vinte e nove por cento) dos entrevistados. A “morosidade” do PJe também foi citada por 21% (vinte e um por cento) dos entrevistados. Vale destacar de 5% (cinco por cento) dos entrevistados consideram todas as opções relevantes e 11% (onze por cento) consideram outras dificuldades. Entre estas foram citados, por exemplo, a ausência de suporte para plataformas IOS (computadores e notebooks da apple, por exemplo). Foi citada também a diferenciação entre o módulo utilizado pelos advogados e o disponível para os servidores. O Gráfico 10 detalha melhor estes resultados.



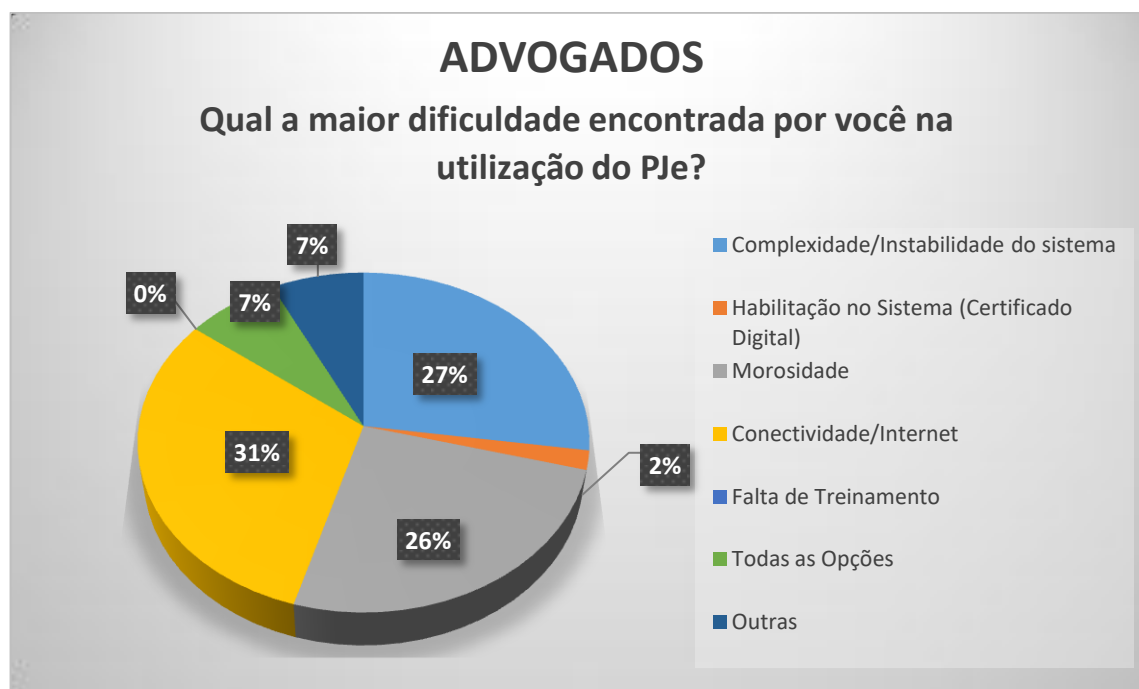
**Gráfico 10:** Resposta geral quanto as dificuldades encontradas na utilização do PJe

Na opinião dos servidores do poder Judiciário o maior problema encontrado na utilização do PJe é a complexidade e instabilidade do sistema, enquanto para advogados a conectividade e a internet disponível é a opção mais citada.

Apesar divergências entre as duas classes de usuários podem ser observadas comparando os Gráficos 11 e 12. Com destaque para a morosidade do sistema, que afeta muito mais aos advogados do que os servidores do Poder Judiciário.



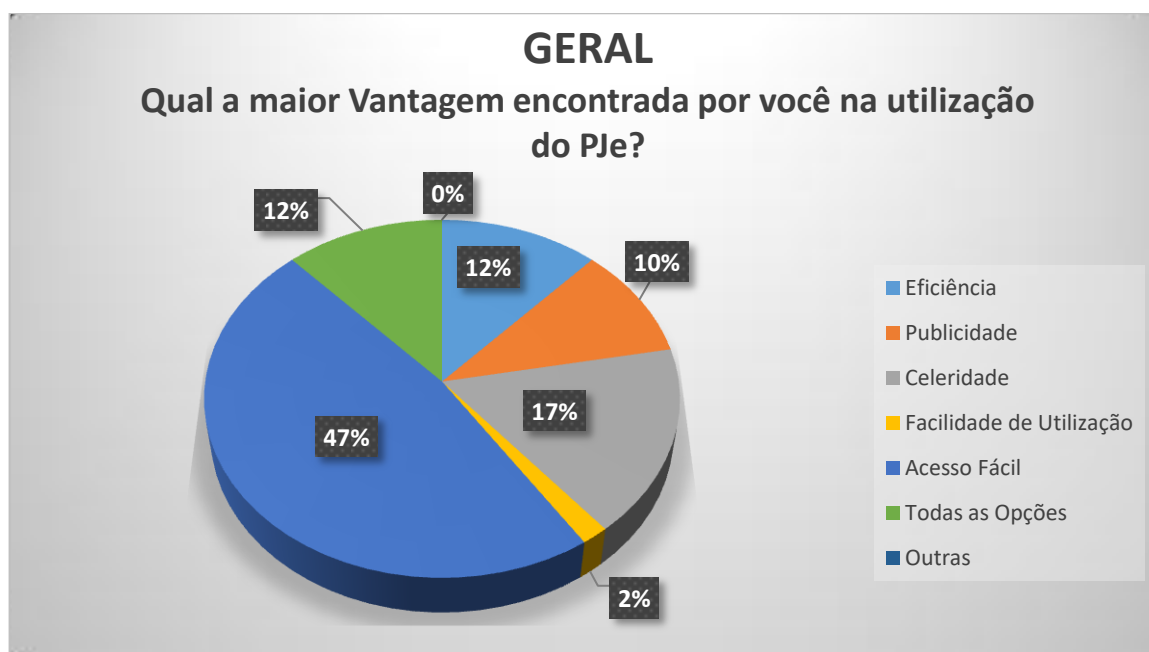
**Gráfico 11:** Resposta dos servidores quanto as dificuldades encontradas na utilização do PJe



**Gráfico 12:** Resposta dos advogados quanto as dificuldades encontradas na utilização do PJe

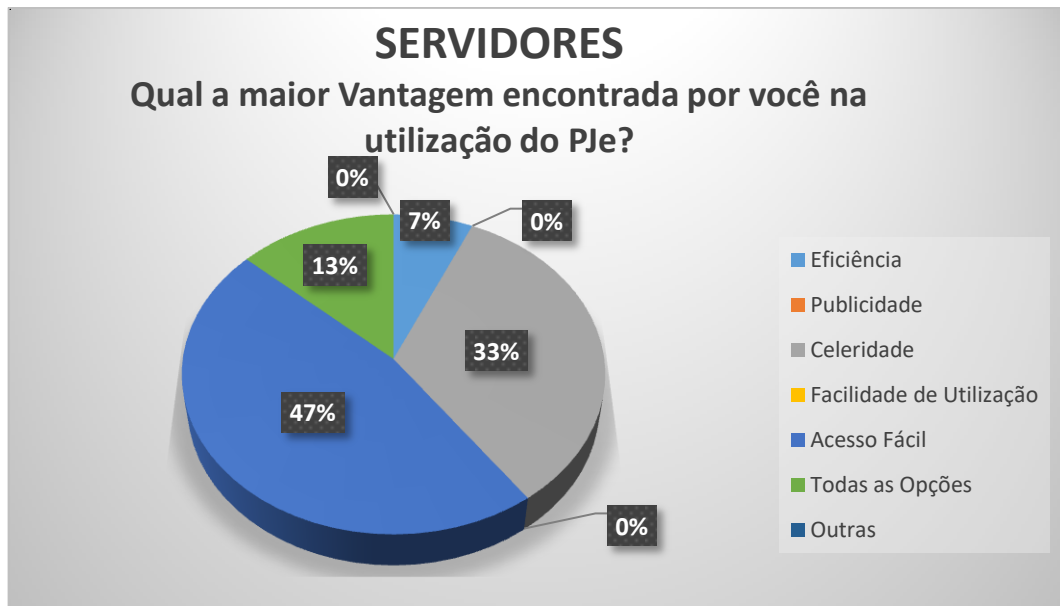
### 3.3.6 As Maiores Vantagens Encontradas No PJe

Mesmo com tantas dificuldades citadas, qualquer advogado ou servidor considera alguns pontos positivos na implantação do PJe. O mais citado entre eles é o “acesso fácil”, ou seja, a facilidade de se poder acessar o sistema de qualquer parte do mundo, bastando um certificado digital. Esta opção recebeu 47% (quarenta e sete por cento) dos votos entre todos os entrevistados. As outras vantagens citadas com maior destaque estão a “celeridade” com 17% (dezessete por cento) e a “Publicidade” com 10% (dez por cento). 12% (doze por cento) dos entrevistados consideram que todas as opções sugeridas são vantagens no PJe, conforme mostra o Gráfico 13.

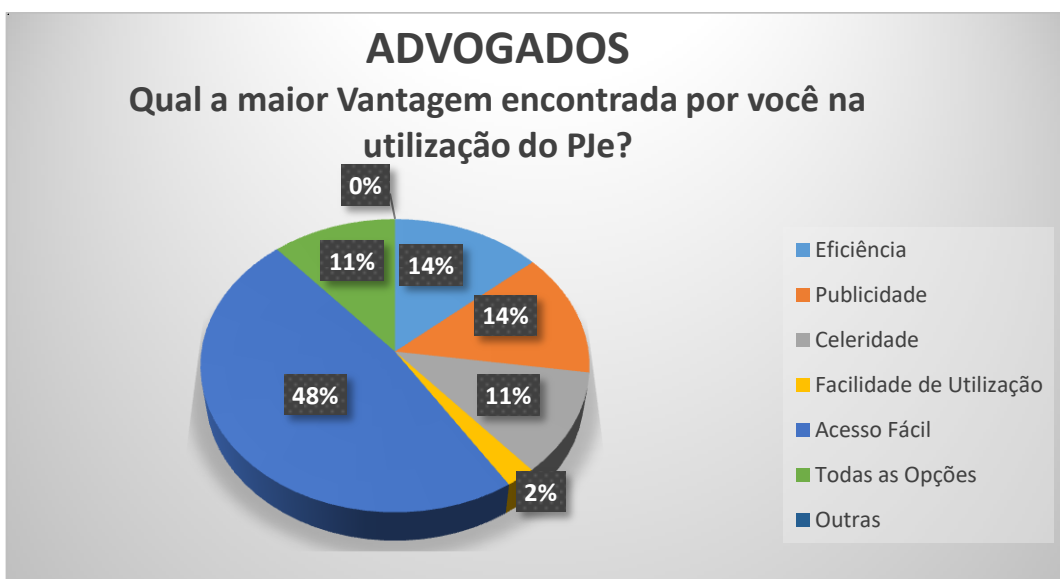


**Gráfico 13:** Resposta geral quanto as vantagens na utilização do PJe

No comparativo entre servidores e advogados (Gráficos 14 e 15), nota-se que a maior vantagem considerada é a mesma para ambas as classes, porém existe uma divergência visível no que diz respeito à celeridade do processo no PJe. Entre os servidores 33% (trinta e três por cento) consideram a celeridade como principal vantagem na utilização do PJe, enquanto apenas 11% (onze por cento) dos advogados tem a mesma opinião. Isso indica que para os serviços cartorários, realizado pelos servidores, o PJe é mais célere do que o seu efetivo resultado na durabilidade do processo, que é a celeridade com a qual o advogado se importa mais.



**Gráfico 14:** Resposta dos servidores quanto as vantagens na utilização do PJe



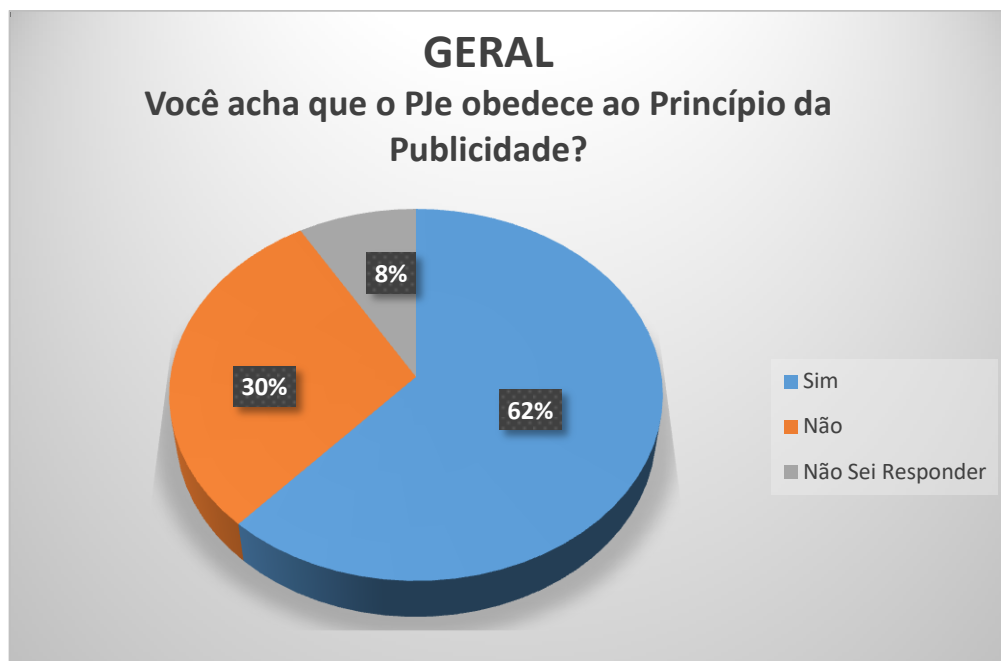
**Gráfico 15:** Resposta dos advogados quanto as vantagens na utilização do PJe

Nota-se também uma divergência quanto à Publicidade no PJe, porém este assunto poderá ser melhor discutido com a apresentação dos próximos gráficos.

### 3.3.7 A Obediência Ao Princípio Da Publicidade

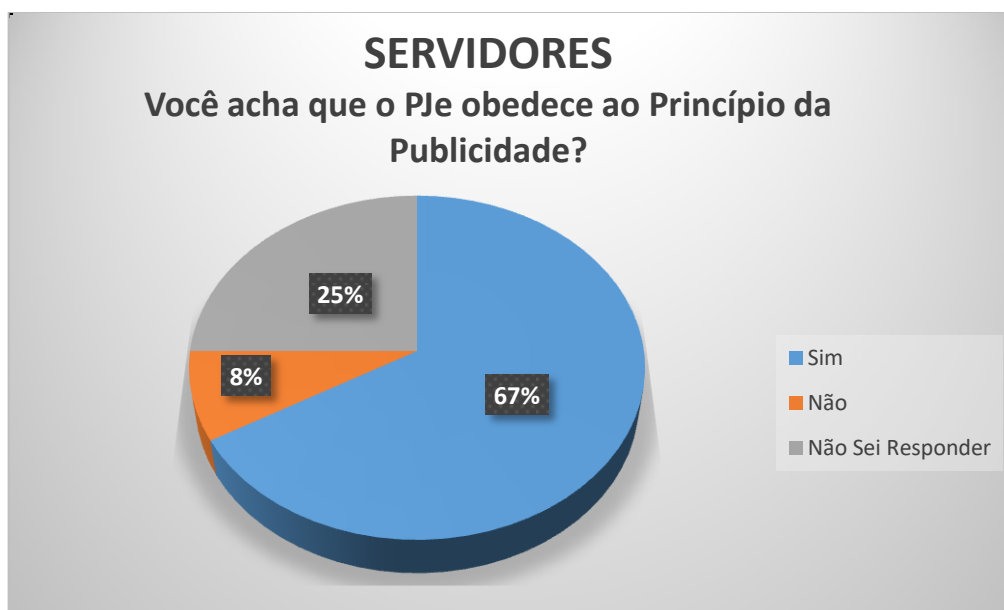
Começa-se a chegar no real objetivo deste estudo que é constatar a obediência, ou não, aos princípios da publicidade, celeridade e eficiência, na implantação do PJe na Comarca de Cacoal.

Assim, foi perguntado aos entrevistados se o PJe obedece ao princípio da publicidade. De forma geral 62% (sessenta e dois por cento) consideram que “sim” e 30% (trinta por cento) consideram que “não”. Nesta consulta 8% (oito por cento) disseram não saber opinar.



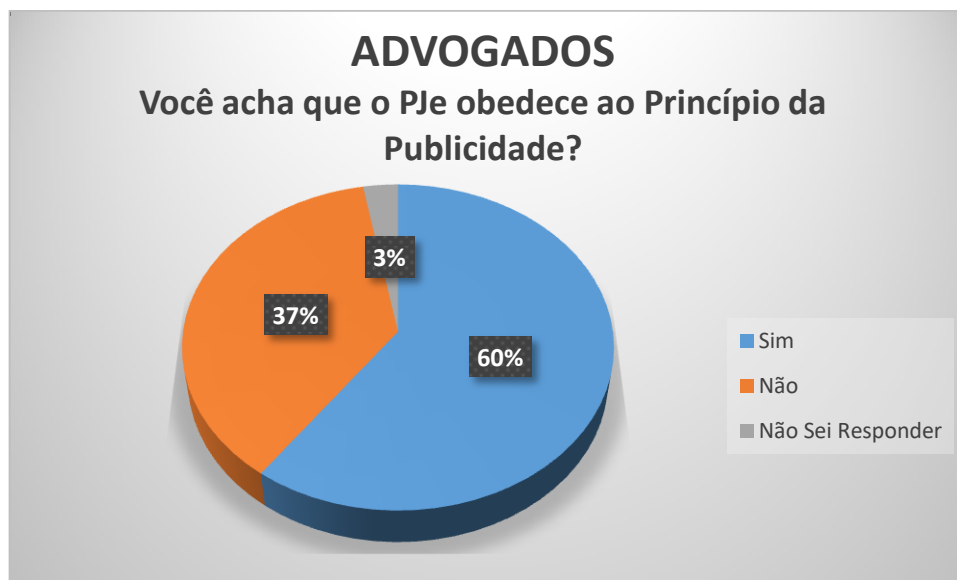
**Gráfico 16:** Resposta geral sobre a obediência ao princípio da publicidade

Considerando apenas os servidores do Tribunal de Justiça, para 67% (sessenta e sete por cento) o princípio da publicidade é obedecido pelo PJe, mas para 8% (oito por cento) o sistema não obedece a este princípio. 25% (vinte e cinco por cento) dos servidores disseram não saberem responder a esta questão.



**Gráfico 17:** Resposta dos servidores sobre a obediência ao princípio da publicidade

Já entre os advogados, 60% (sessenta por cento) acham que “sim”, o PJe obedece ao princípio da publicidade, e 37% (trinta e sete por cento) acham quem “não”, o PJe não obedece ao princípio da publicidade. 3% (três por cento dos advogados não souberam opinar.



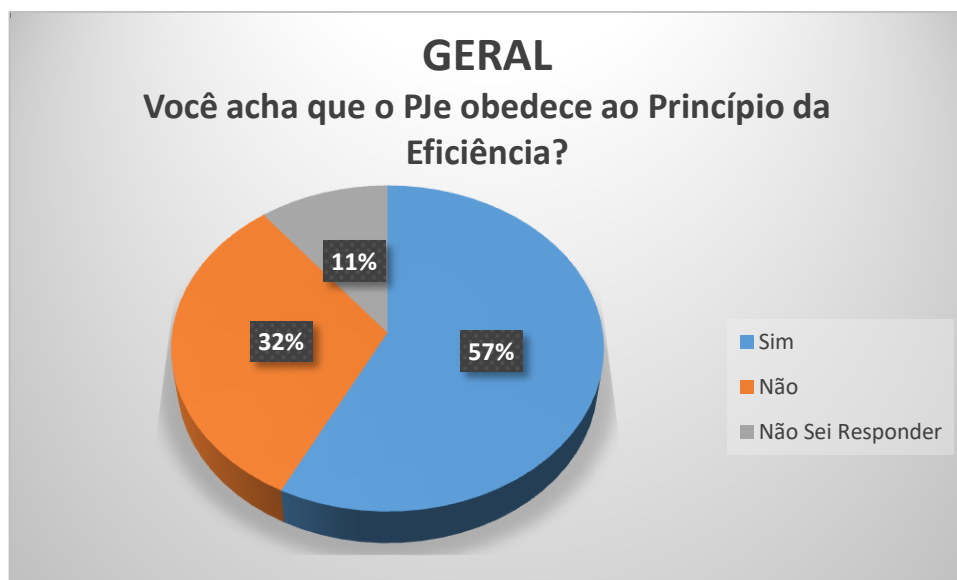
**Gráfico 18:** Resposta dos advogados sobre a obediência ao princípio da publicidade

Um dos advogados entrevistados afirmou ter neste princípio o seu principal incômodo. Para ele “os atos praticados no PJe, dificilmente podem ser observados por pessoas que estão sem acessar o sistema”. Ele afirma ainda que, para que haja publicidade, as publicações devem ocorrer no Diário da Justiça. Segundo este advogado “publicidade tem que ter publicação no Diário da Justiça, que podem ser acessados diretamente pelos sistemas de buscas”.

### 3.3.8 A Obediência Ao Princípio Da Eficiência

Também foi questionado aos entrevistados sobre suas opiniões sobre a obediência ao princípio da eficiência na utilização do PJe. O resultado geral da pesquisa mostra que mais da metade acredita no cumprimento deste princípio. 57% (cinquenta e sete por cento) dos entrevistados consideraram que o PJe obedece a este princípio. Por outro lado 32% (trinta e dois por cento) acreditam que este princípio é prejudicado. 11% (onze por cento) dos entrevistados não souberam responder.

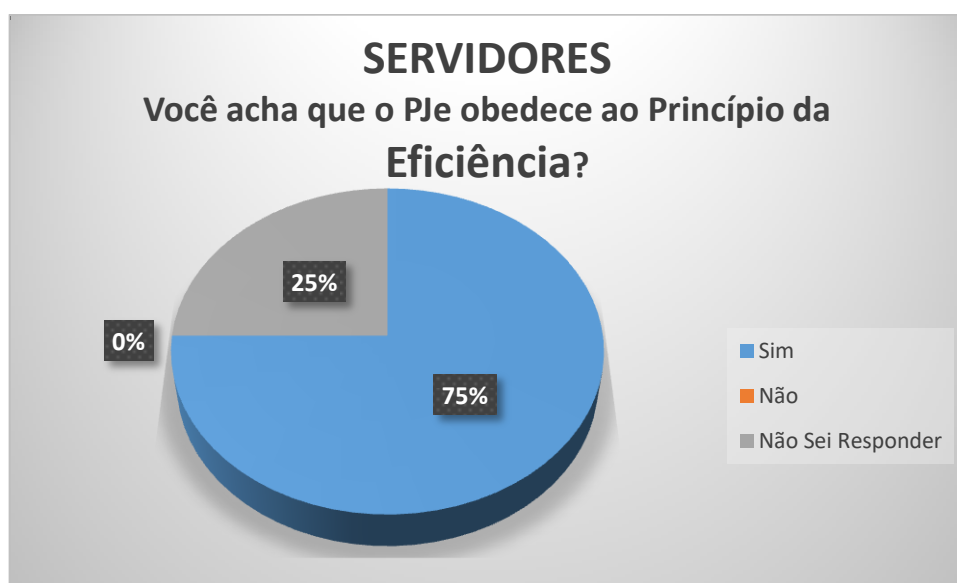




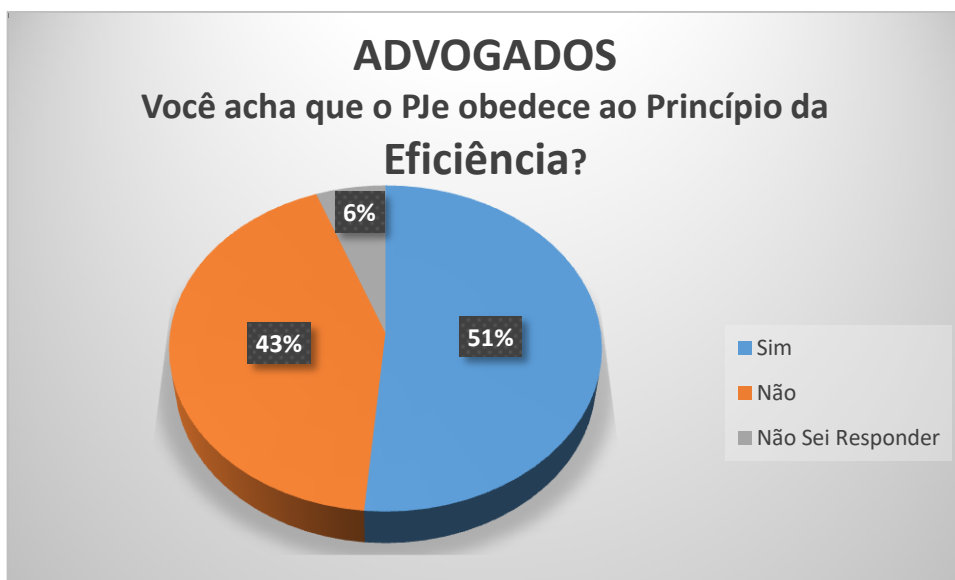
**Gráfico 19:** Resposta geral sobre a obediência ao princípio da eficiência

A obediência ao princípio da eficiência não é contestada pelos servidores do Poder Judiciário (Gráfico 20). Na consulta feita especificamente com estes, 75% (setenta e cinco por cento) consideram que o princípio é respeitado e 25% (vinte e cinco por cento) não souberam responder, mas nenhum considerou a hipótese de desobediência deste.

Por sua vez, entre os advogados (Gráfico 21), 43% (quarenta e três por cento) colocam sob suspeita o cumprimento ao princípio da eficiência. Mesmo assim, a maioria, 51% (cinquenta e um por cento) acreditam no cumprimento ao princípio. 6% (seis por cento) dos advogados não souberam responder.



**Gráfico 20:** Resposta dos servidores sobre a obediência ao princípio da eficiência

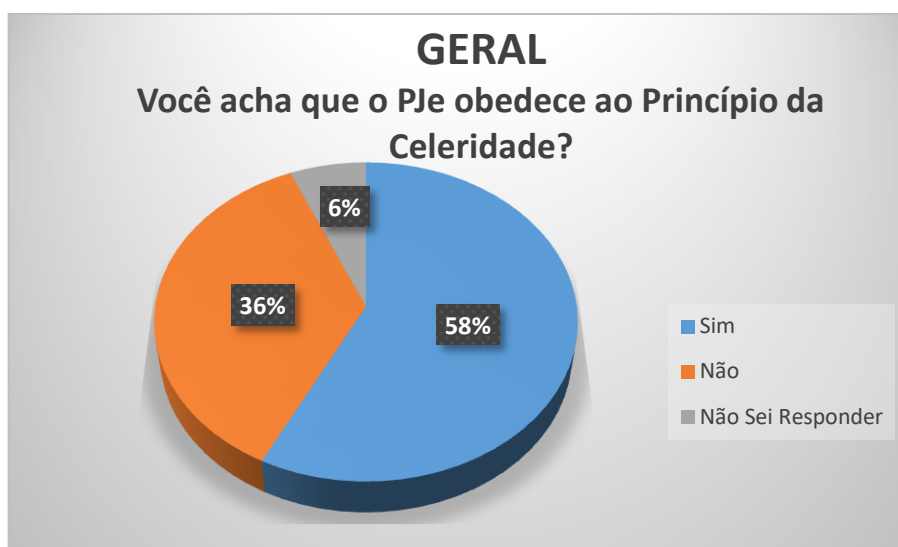


**Gráfico 21:** Resposta dos advogados sobre a obediência ao princípio da eficiência

### 3.3.9 A Obediência Ao Princípio Da Celeridade

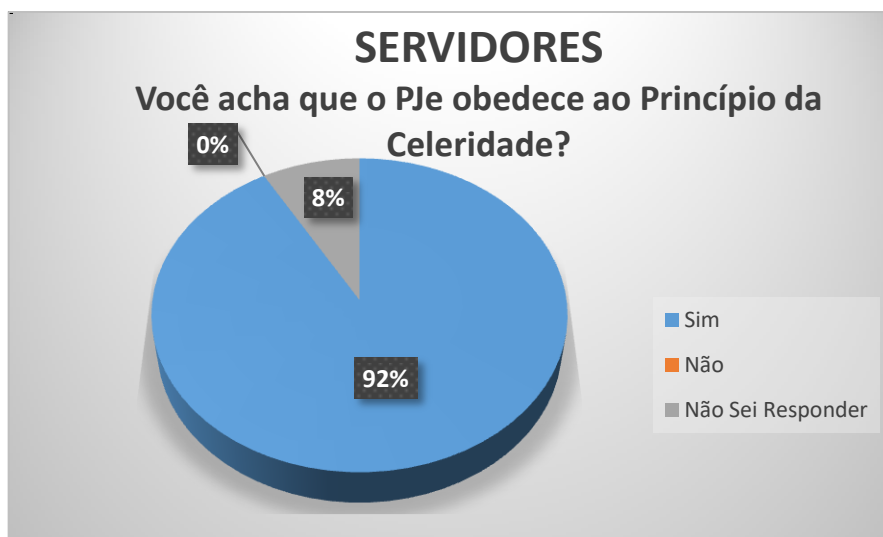
Um dos principais objetivos buscados pela implantação do Processos Judicial Eletrônico e, no caso do nosso estudo, o sistema que leva o mesmo nome, é o da Celeridade. Em contrapartida este é também o tema mais polêmico.

O estudo de campo realizado com advogados e servidores da comarca de Cacoal mostrou que, no geral, os entrevistados consideram que o PJe atende a este princípio. Enquanto 58% (cinquenta e um por cento) dos entrevistados consideram que o princípio da publicidade é atendido, apenas 36% (trinta e seis por cento) consideram que “não”. Do total, 6% (seis por cento) dos entrevistados não souberam responder.



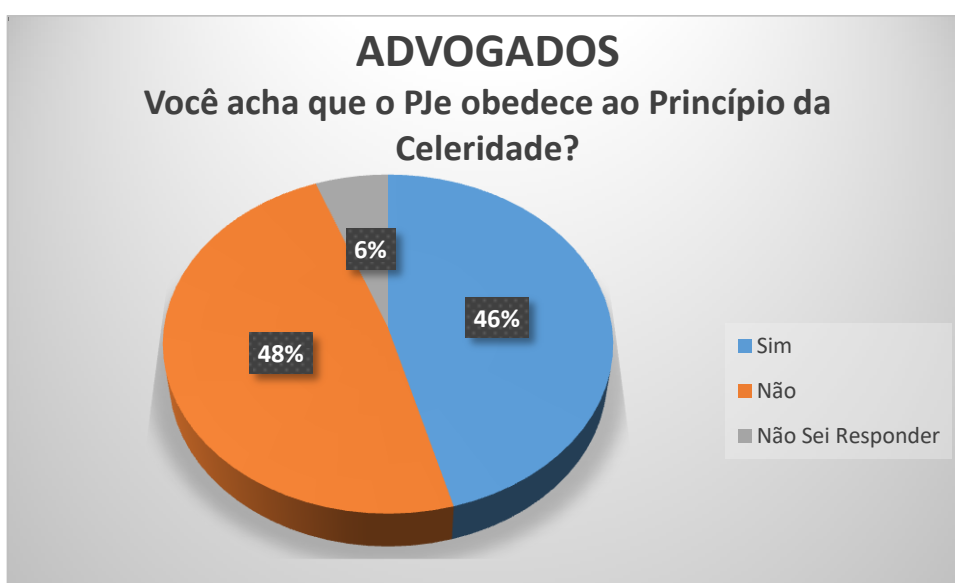
**Gráfico 22:** Resposta geral sobre a obediência ao princípio da celeridade

Mas este resultado é rebatido nos dois sentidos, seja pela visão dos servidores do poder judiciário ou pela visão dos advogados. Para 92% (noventa e dois por cento) dos servidores o PJe obedece “sim” ao princípio da celeridade e 8% (oito por cento) não souberam opinar. Nenhum servidor considera que o princípio não é atingido.



**Gráfico 23:** Resposta dos servidores sobre a obediência ao princípio da celeridade

De outro lado os advogados não têm tanta certeza quanto ao cumprimento deste princípio. A maioria, 48% (quarenta e oito por cento), considera que o PJe “não” obedece ao princípio da celeridade e 46% (quarenta e seis por cento) consideram que obedece. 6% (seis por cento) não opinaram.



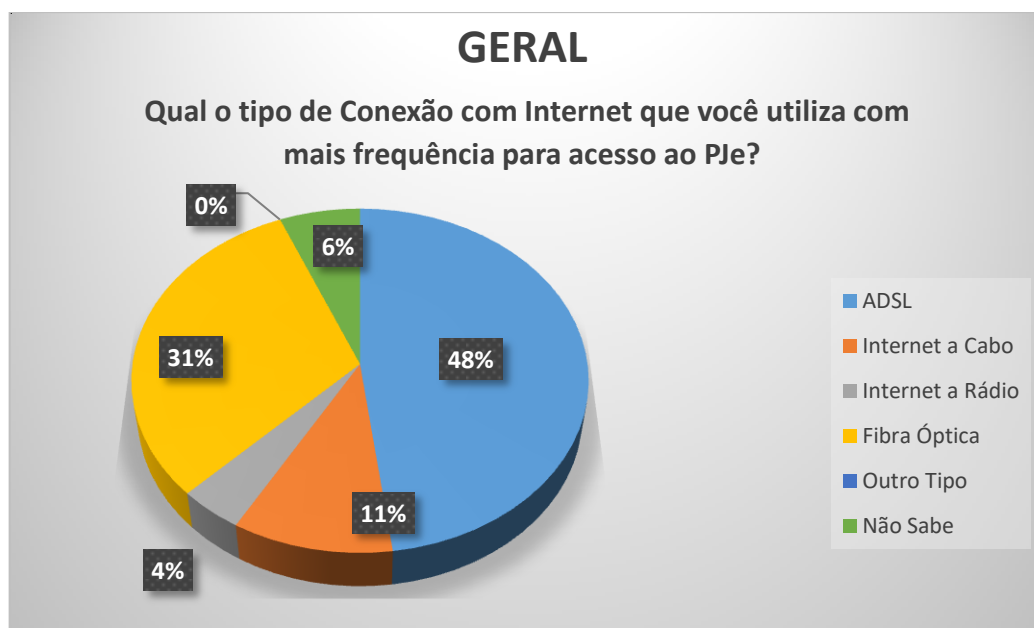
**Gráfico 24:** Resposta dos advogados sobre a obediência ao princípio da celeridade

### 3.3.10 Quanto Ao Tipo De Conexão

Neste ponto do estudo passou-se a perguntar sobre os recursos utilizados para o acesso ao sistema PJe, tentando entender o que pode estar ocasionando algumas dificuldades. Assim, foi perguntado aos entrevistados quais os tipos de conexão com a internet que cada um utilizava.

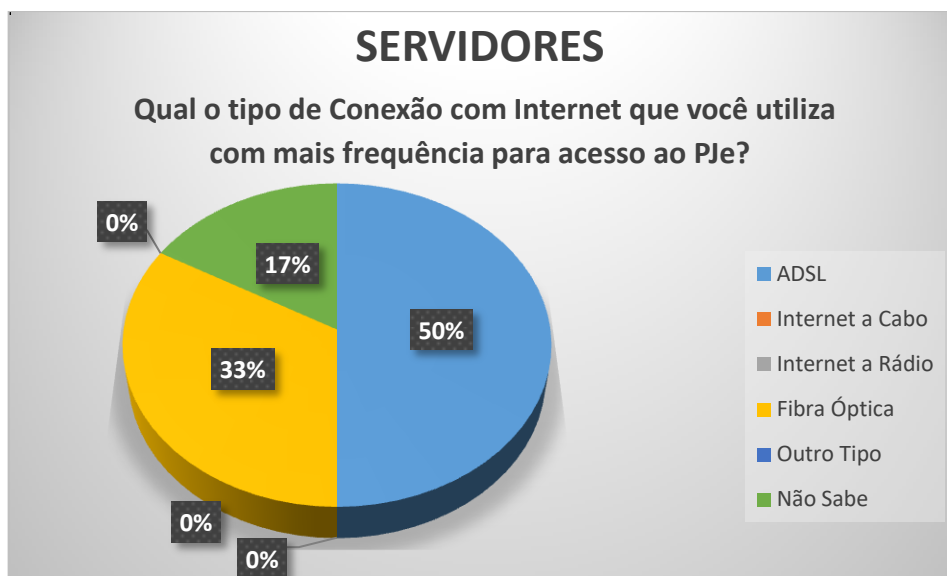
Esta questão é importante porque o PJe é um sistema dependente de conexão com a rede mundial de computadores, já que todos os usuários conectados acessam ao mesmo banco de dados através dela. Uma conexão ruim interfere diretamente no desempenho do sistema.

De forma geral constatou-se que, a grande maioria se utiliza da conexão ADSL, através de uma linha telefônica. São 48% (quarenta e oito por cento) dos entrevistados que utilizam este tipo de conexão. A segunda opção mais utilizada é a conexão por fibra ótica, a melhor opção existente hoje em Cacoal. 31% (trinta e um por cento) dos entrevistados acessam o sistema com esta conexão. Os demais tipos de conexão utilizados estão detalhados no Gráfico 23.



**Gráfico 25:** Resposta geral sobre o tipo de conexão utilizado

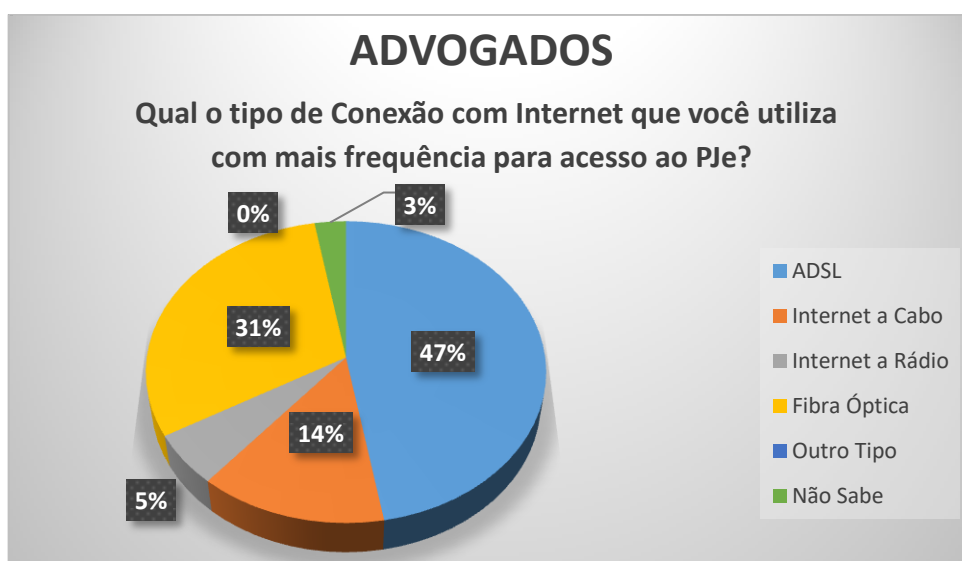
A pesquisa realizada com os servidores restou prejudicada pela falta de conhecimento por parte de alguns servidores sobre uma mudança de certa forma recente realizada pelo Poder Judiciário na Comarca de Cacoal. Na entrevista 50% (cinquenta por cento) disseram utilizar a conexão ADSL e 33% (trinta e três por cento) disseram utilizar a conexão por “fibra ótica”, enquanto 17% não souberam opinar.



**Gráfico 26:** Resposta dos servidores sobre o tipo de conexão utilizado

Certo que, dificilmente, num mesmo órgão existiriam conexões diferentes, buscou-se informações junto ao Centro de Operações de Informática – COINF, da Comarca de Cacoal, que explicou que, em 2015, já prevendo a implantação do PJe, foi realizada a adequação da rede do Poder Judiciário em todo o Estado. Hoje toda a rede do Poder Judiciário se utiliza de “fibra óptica”.

Mas, infelizmente, a mudança não foi adotada também pela maioria dos advogados. 47% (quarenta e sete por cento) acessam o PJe através de uma conexão “ADSL”, 14% (quatorze por cento) através de “internet a cabo”, 5% (cinco por cento) por “internet a rádio” e apenas 31% (trinta e um por cento) utilizam conexão por “fibra óptica”.



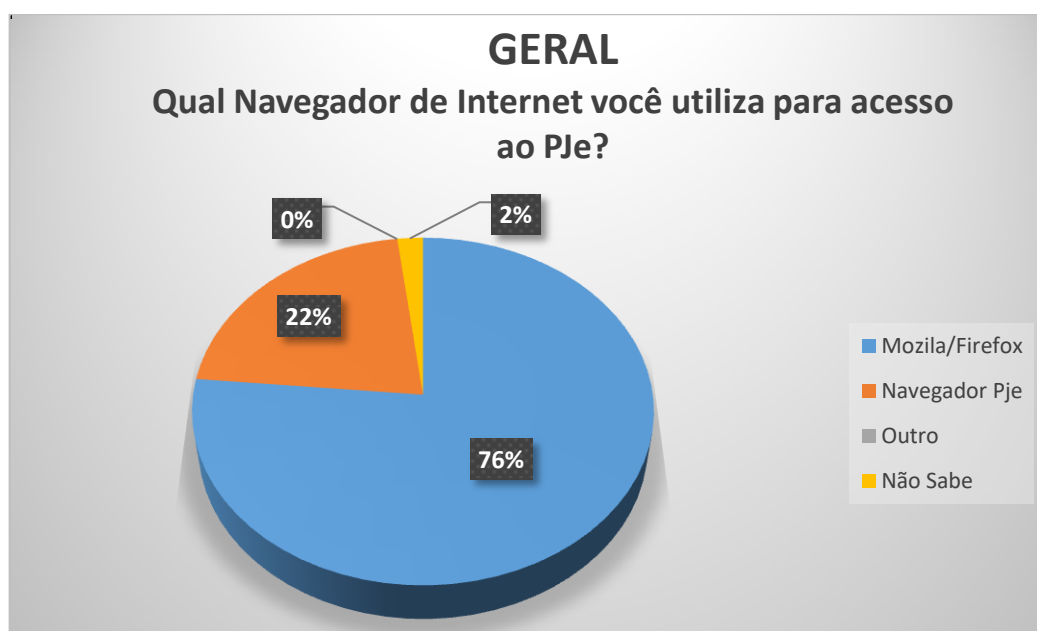
**Gráfico 27:** Resposta dos advogados sobre o tipo de conexão utilizado

### 3.3.11 Quanto Ao Navegador Utilizado

Outra questão bastante relevante quanto à utilização do PJe é o navegador utilizado. Uma das reclamações, inclusive citadas durante as entrevistas, é a impossibilidade de utilizá-lo em plataformas ou navegadores diferentes. Esta dificuldade se dá devido, principalmente, às atualizações de JAVA, que acontecem com frequência.

Por este motivo, desde o seu lançamento, a utilização do PJe só era possível através do navegador Mozilla/Firefox. Mas, em junho deste ano, o CNJ, em parceria com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, desenvolveu o “Navegador PJe”, que nada mais é do que uma customização do Mozilla/Firefox, que foi desenvolvida exclusivamente para a utilização do PJe. O navegador busca auxiliar aqueles usuários que não são dotados de profundo conhecimento de informática. Através de sua pré-configuração, o usuário do Navegador PJe não precisa ficar atualizando programas, plug-ins ou qualquer outra ferramenta para a utilização do sistema.

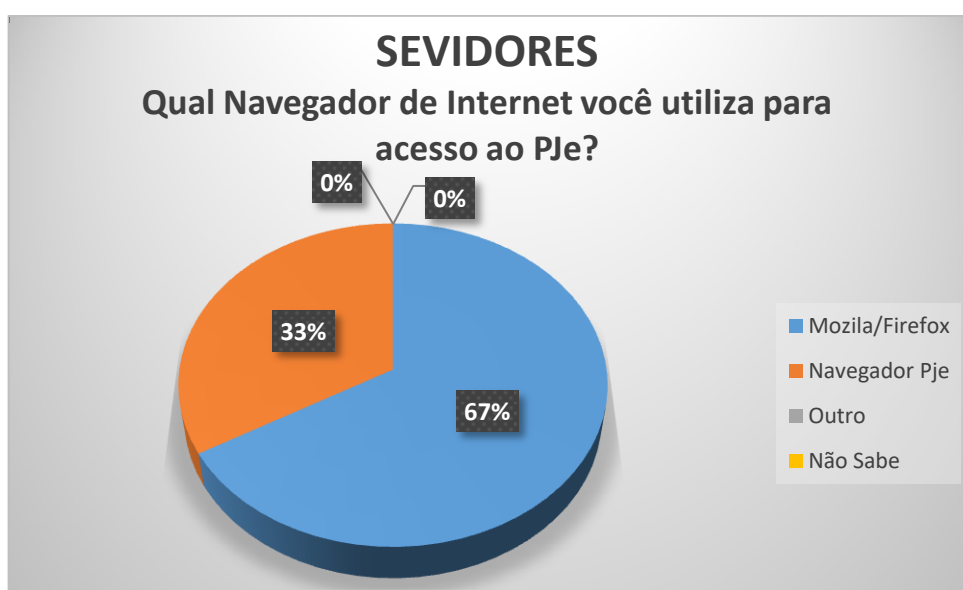
Devido ao lançamento recente do Navegador PJe, e por muitos ainda não terem conhecimento de sua existência, o Mozilla/Firefox continua sendo o navegador mais utilizado. De forma geral 76% (setenta e seis por cento) dos usuários fazem uso deste navegador, enquanto apenas 22% (vinte e dois) utilizam o Navegador PJe. 2% (dois por cento) dos entrevistados não souberam responder.



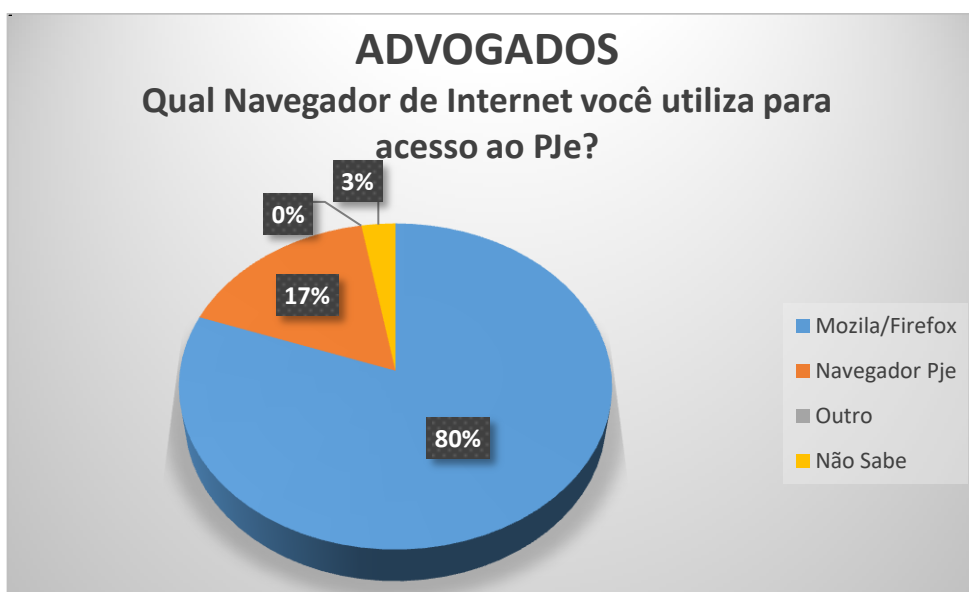
**Gráfico 28:** Resposta geral sobre o navegador utilizado

Mesmo no Poder Judiciário, onde o navegador já está implantado, a maioria dos servidores ainda utilizam o Mozilla/Firefox para acessar o PJe. 67% (sessenta e sete por cento) dos servidores utilizam o navegador e apenas 33% (trinta e três por cento) utilizam o “Navegador PJe”.

No poder judiciário este resultado é aceitável, visto que existe um departamento responsável pela configuração adequada das máquinas para a perfeita utilização do sistema. Mas, entre os advogados, em que 80% (oitenta por cento) utilizam o “Mozilla/Firefox” e apenas 17% (dezessete por cento) utilizam o “Navegador PJe”, um inversão desta preferência pode trazer resultados significativos. Confira os gráficos 26 e 27.



**Gráfico 29:** Resposta dos servidores sobre o navegador utilizado

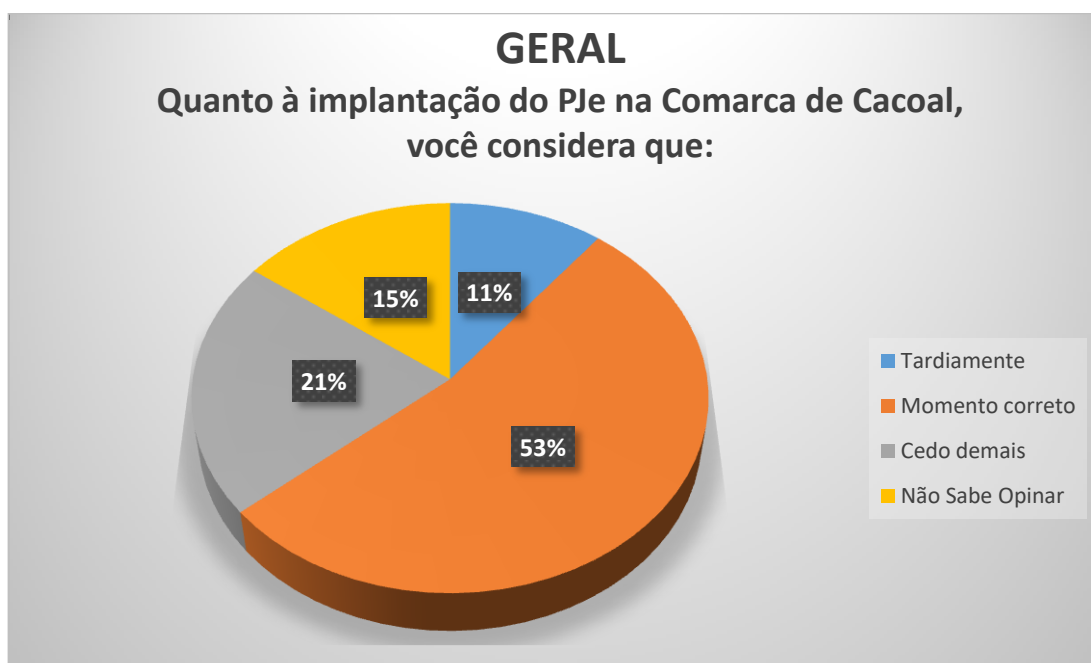


**Gráfico 30:** Resposta dos advogados sobre o navegador utilizado

### 3.3.12 Quanto Ao Momento De Implantação Do PJe

Encerrando a consulta realizada, perguntou-se aos entrevistados quanto ao momento de implantação do PJe. Para este quesito foram apresentadas as opções “Foi implantado tardiamente”, “Foi implantado no momento correto”, “Foi implantado cedo demais” e “Não sei opinar”.

De forma geral os entrevistados consideram que o momento foi o correto. 53% (cinquenta e três por cento) dos entrevistados escolheram esta opção. 21% consideraram “cedo demais” e 11% (onze por cento) “tardiamente”. 15% (quinze por cento) dos entrevistados não souberam opinar.



**Gráfico 31:** Resposta geral sobre o momento da implantação do PJe

No comparativo entre servidores e advogados, ambos consideram o momento correto, mas, por uma pequena diferença, um percentual maior dos advogados pensa assim.

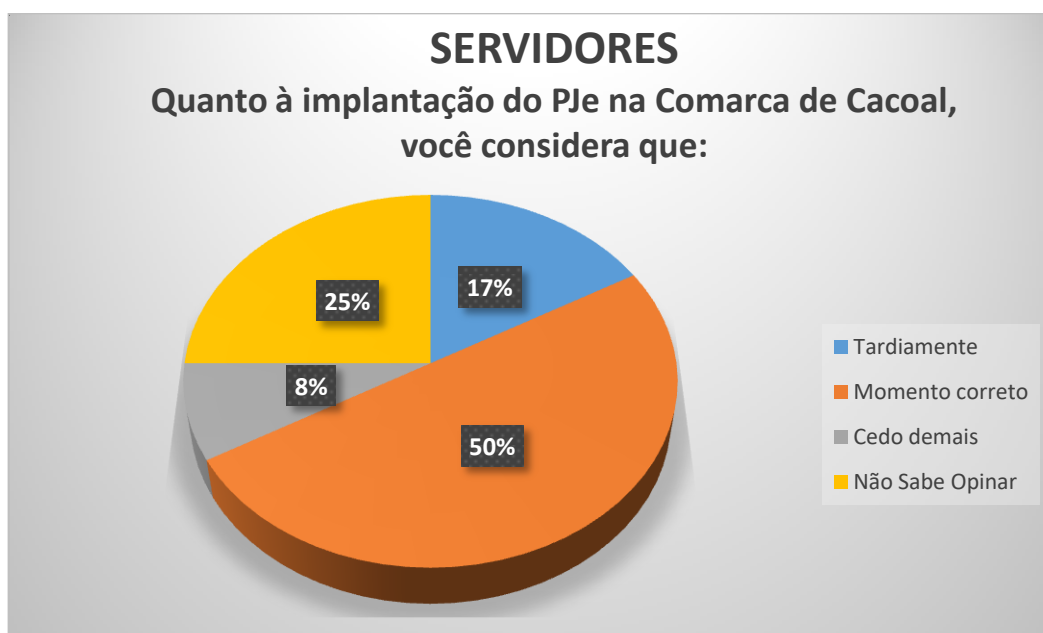
Enquanto 50% (cinquenta por cento) dos servidores consideram o “momento correto”, 54% (cinquenta e quatro por cento) dos advogados pensam da mesma forma.

A diferença é maior entre aqueles que consideram a implantação “cedo demais”. Entre os servidores apenas 8% (oito por cento) pensam assim, mas entre os advogados este percentual chega a 26% (vinte e seis por cento).

Entre os servidores 17% (dezessete por cento) consideram que a implantação aconteceu “tardiamente” enquanto apenas 9% (nove por cento) dos advogados pensam assim.



Confiram os comparativos nos gráficos 29 e 30.



**Gráfico 32:** Resposta dos servidores sobre o momento da implantação do PJe



**Gráfico 33:** Resposta dos advogados sobre o momento da implantação do PJe

### 3.3.13 Algumas Opiniões De Advogados E Servidores

A consulta realizada foi encerrada com a possibilidade de que cada entrevistado emitisse uma opinião geral sobre o PJe. Assim, alguns se manifestaram a favor e outros contra.

Entre os depoimentos apresentados pelos entrevistados destacam-se:

- i. “PJe representa uma evolução do sistema processual” (Advogado, 51 anos)
- ii. “Ótimo sistema, no entanto, necessita de tempo para aprimoramento do pessoal de apoio. Também há necessidade de contratar pessoal, para realizar as movimentações necessárias”. (Advogado, 50 anos)
- iii. “É um sistema que foi criado para dar celeridade ao processo, porém em razão da instabilidade do sistema, o sistema não está atingindo esse objetivo, pelo contrário, há um atraso devido à falta de acesso por inúmeras vezes”. (Advogada, 41 anos)
- iv. “Ferramenta muito boa, mas não o suficiente para solucionar a morosidade do judiciário que precisa de mais servidores, treinamento e motivação destes” (Advogado, 49 anos)
- v. “O PJe é uma necessidade, porém nosso sistema de internet ainda deixa muito a desejar. Deveria ter sido implantado de forma mais tranquila, isto é, sanando os problemas que surgem diariamente para depois ser implantado em todas as varas”. (Advogado, 53 anos)
- vi. “Ótimo, eficiente, mas que precisa de aprimoramentos para evitar o surgimento de doenças ocupacionais pela utilização excessiva do mouse”. (Advogado, 38 anos)
- vii. “Pode ser que futuramente seja algo muito bom, porém no momento falta muitas adaptações, como qualquer programa novo. No momento acredito que os processos estão mais morosos”. (Advogada, 26 anos)
- viii. “Um sistema que facilita o acesso dos profissionais e das partes ao teor dos processos de forma fácil e rápida, porém, a instabilidade do sistema torna o peticionamento lento e passível de erros como juntar dois documentos iguais”. (Advogado, 28 anos)
- ix. “É preciso melhorias, mas atualmente estão funcionando corretamente” (Advogado, 28 anos)
- x. “Acredito que com o tempo, após todos serventuários e advogados estiverem familiarizados com o sistema, irá melhorar. O PJe deve unificar as plataformas para facilitar a vida de quem o utiliza diariamente”. (Advogado, 31 anos)
- xi. “Dentro dos limites da razoabilidade é bem funcional, ao menos na maior parte do tempo. Em geral, a vinda do PJe é positiva”. (Advogado, 25 anos)
- xii. “Fica constantemente pedindo atualização. Os órgão envolvidos não oferecem treinamentos”, (Advogada, 35 anos)
- xiii. “É bom, mas ainda falta qualidade na internet e no próprio PJe”. (Advogado, 39 anos)
- xiv. “Gosto do sistema, mas tem as suas limitações. Ainda continua em teste, por isso sai do ar sem um prévio aviso aos usuários do PJe. Mas acredito que futuramente esses problemas serão solucionados, para que estas dificuldades hoje, internet e o sistema novo, sejam sanadas”. (Advogada, 36 anos)
- xv. “Péssimo sistema para manusear documentos, sistema cansativo e propício a erro”. (Advogado, 35 anos)
- xvi. “Considero um sistema que, futuramente, poderá dar maior celeridade e eficiência aos processos, mas necessita de adaptações”. (Advogada, 46 anos)
- xvii. “Bom, sou da opinião que houve um bom avanço no procedimento, considerando que temos que nos adequar na era da tecnologia. O PJe veio para dar maior celeridade a todas as tramitações do processo, entretanto, carece de mais treinamento com a ferramenta”. (Advogada, 46 anos)
- xviii. “De forma geral o sistema é benéfico para a prestação jurisdicional” (Advogado, 41 anos)
- xix. “É um sistema que ajuda e ajudará mais no futuro o trabalho das pessoas envolvidas no processo judicial, economia de tempo, economia financeira e outras qualidades do sistema”. (Advogado, 43 anos)
- xx. “Sistema muito bom, mas não temos a ferramenta necessária para colocar o sistema em pleno funcionamento, no caso internet”. (Advogado, 46 anos)
- xxi. “Como todo sistema necessita de constantes melhorias, estas sim mostram-se tardias, uma vez que só podem ser realizadas pelo suporte de Brasília-DF. Outro problema que impede uma melhor eficiência do sistema é a qualidade (velocidade)

de internet que nos é disponibilizada, pois apesar de ser fibra óptica não atende as necessidades do sistema”. (Servidor, 51 anos)

xxii. “Satisfeito com o PJe. Não observo obstáculo aos princípios constitucionais...” (Servidor, 24 anos)

xxiii. “O sistema em si é muito bom, no entanto, como qualquer outro sistema, se faz necessária a ação do ser humano para sua efetividade”. (Servidora, 38 anos)

xxiv. “É um sistema com recursos que facilitam em muitos aspectos a rotina cartorária. Ainda há muito o que melhorar pois as deficiências do sistema apresentam-se gradativamente”. (Servidor, 35 anos)

xxv. “Sistema bom. Se melhorar a qualidade da internet do Tribunal, melhorará mais. Necessidade de aprimoramento para o sistema em alguns aspectos e mais capacitação para o servidor”. (Servidora, 36 anos)

xxvi. “É o melhor caminho para desafogar o judiciário. Creio que em pouco tempo a celeridade, economia de gastos, eficiência e praticidade compensarão os transtornos que atualmente enfrentamos”. (Servidor, 32 anos)

Nota-se com os comentários feitos pelos entrevistados que, apesar de demonstrarem uma geral manifestação a favor da implantação do PJe na Comarca de Cacoal, a grande maioria tem reclamações a fazer sobre o funcionamento do sistema. São reclamações que pedem aprimoramentos ou mesmo alterações na forma como o sistema funciona.

## 4 A DURAÇÃO DO PROCESSO

### 4.1 A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

O princípio da razoável duração do processo foi inserido na Constituição Federal através da Emenda Constitucional nº 45/2004, passando a constar no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, nos seguintes termos: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

A necessidade de se fazer constar a questão da duração do processo nos direitos fundamentais comprova a insatisfação existente, quanto a prestação da tutela jurisdicional, por parte da sociedade.

Segundo José Afonso da Silva (2008, p. 435):

De fato, o acesso à Justiça só por si já inclui uma prestação jurisdicional em tempo hábil para garantir o gozo do direito pleiteado – mas crônica morosidade do aparelho judiciário o frustrava; daí criar-se mais essa garantia constitucional, com o mesmo risco de gerar novas frustrações pela sua ineficácia, porque não basta uma declaração formal de um direito ou de uma garantia individual para que, num passe de mágica, tudo se realize com declarado. Demais a norma acena para a regra da razoabilidade cuja textura aberta deixa amplas margens de apreciação, sempre em função de situações concretas. Ora, a forte carga de trabalho dos magistrados será, sempre, um parâmetro a ser levado em conta na apreciação da razoabilidade da duração dos processos a seu cargo. [...] A garantia de celeridade de tramitação dos processos constitui um modo de impor limites à textura aberta da razoabilidade [...].

O princípio da razoável duração do processo caminha lado a lado com o da celeridade, sendo óbvio que um processo célere terá uma duração razoável. Mas há que se entender que estes princípios devem ser buscados sem prejuízo a outros não menos importantes, dentre eles os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Desta forma estará assegurado que o processo não se estenda por um período muito longo, mas que não vá de encontro à plena defesa e o contraditório, necessários para a eficiência do processo.

### 4.2 COMPARANDO OS PROCESSOS FÍSICOS E ELETRÔNICOS

Com o objetivo de se aproximar ao máximo de uma resposta sobre a razoável duração do processo e, conseqüentemente, se o princípio da celeridade é obedecido pelo Processo Judicial Eletrônico através do sistema PJe, foi realizado um estudo junto ao cartório da 4ª Vara Cível da Comarca de Cacoal, onde foram sorteados 5 (cinco) processos físicos e 5

(cinco) processos eletrônicos, todos já com seus procedimentos encerrados e devidamente arquivados.

Para aumentar a segurança do estudo, o sorteio foi feito apenas entre processos semelhantes e que seus procedimentos tivessem sofrido menores alterações com a implantação do Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em 2016. Assim foram sorteados processos de Monitoria.

Também foi levado em consideração o fato de cada processo, por mais semelhante que seja, ter uma certa variação de duração. Para tentar amenizar esta discrepância foram excluídos da média a maior e a menor diferença de dias entre um procedimento e outro, assim como da duração total do processo. Com esta análise chegou-se à Tabela 01.

**ANÁLISE DE PROCESSOS**  
Variação de Dias Entre Procedimentos e Duração do Processo

| PROCESSOS ELETRÔNICOS |              |                   |                                 |                   |                  |                   |                           |                   |          |                           |
|-----------------------|--------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|----------|---------------------------|
| AUTOS                 | DISTRIBUIÇÃO | DIFERENÇA DE DIAS | CONCLUSOS PARA DESPACHO INICIAL | DIFERENÇA DE DIAS | DESPACHO INICIAL | DIFERENÇA DE DIAS | CONCLUSÃO PARA JULGAMENTO | DIFERENÇA DE DIAS | SENTENÇA | DURAÇÃO TOTAL DO PROCESSO |
| 7006550-23.2016       | 08/07/16     | 0*                | 08/07/16                        | 10                | 18/07/16         | 114*              | 10/11/16                  | 7                 | 17/11/16 | 131*                      |
| 7009285-29.2016       | 05/09/16     | 0*                | 05/09/16                        | 4                 | 09/09/16         | 58                | 07/11/16                  | 3*                | 10/11/16 | 65*                       |
| 7009154-54.2016       | 01/09/16     | 0                 | 01/09/16                        | 0*                | 01/09/16         | 73                | 14/11/16                  | 3                 | 17/11/16 | 76                        |
| 7006294-80.2016       | 04/07/16     | 0                 | 04/07/16                        | 1                 | 05/07/16         | 51                | 25/08/16                  | 75*               | 09/11/16 | 127                       |
| 7005005-15.2016       | 25/05/16     | 0                 | 25/05/16                        | 13*               | 07/06/16         | 45*               | 22/07/16                  | 42                | 02/09/16 | 100                       |
| <b>Média</b>          |              | <b>0</b>          |                                 | <b>5</b>          |                  | <b>60,66</b>      |                           | <b>17,33</b>      |          | <b>101</b>                |
| PROCESSOS FÍSICOS     |              |                   |                                 |                   |                  |                   |                           |                   |          |                           |
| AUTOS                 | DISTRIBUIÇÃO | DIFERENÇA DE DIAS | CONCLUSOS PARA DESPACHO INICIAL | DIFERENÇA DE DIAS | DESPACHO INICIAL | DIFERENÇA DE DIAS | CONCLUSÃO PARA JULGAMENTO | DIFERENÇA DE DIAS | SENTENÇA | DURAÇÃO TOTAL DO PROCESSO |
| 0001424-82.2014       | 03/02/14     | 3*                | 06/02/14                        | 0*                | 06/02/14         | 642*              | 10/11/15                  | 30                | 10/12/15 | 675*                      |
| 0009761-26.2015       | 29/09/15     | 2*                | 01/10/15                        | 4                 | 05/10/15         | 59*               | 04/12/15                  | 34*               | 07/01/16 | 99*                       |
| 0009902-45.2015       | 30/09/15     | 2                 | 02/10/15                        | 3                 | 05/10/15         | 94                | 08/01/16                  | 34                | 11/02/16 | 133                       |
| 0006719-66.2015       | 13/07/15     | 2                 | 15/07/15                        | 2                 | 17/07/15         | 193               | 27/01/16                  | 8*                | 04/02/16 | 205                       |
| 0005783-41.2015       | 23/06/15     | 2                 | 25/06/15                        | 7*                | 02/07/15         | 131               | 11/11/15                  | 26                | 07/12/15 | 166                       |
| <b>Média</b>          |              | <b>2</b>          |                                 | <b>3</b>          |                  | <b>139,33</b>     |                           | <b>30</b>         |          | <b>168</b>                |

\* Devido às grandes variações existentes entre os processos, mesmo que semelhantes, foram excluídos da média a maior e a menor variação de cada intervalo de tempo, buscando um resultados mais justo. Os valores excluídos são justamente os assinalados.

**Tabela 01:** Tabela de comparação entre processos físicos e eletrônicos na 4ª Vara Cível da Comarca de Cacoal.

#### 4.2.1 Da Distribuição À Conclusão Para Despacho Inicial

Nesta primeira etapa do processo o PJe leva vantagem sobre o antigo sistema físico. Antes de levarmos em consideração o prazo, vale destacar que a distribuição do processo, no PJE, é feita pelo próprio advogado, de qualquer lugar que esteja, desde que conectado ao sistema. Não existe mais a necessidade de deslocamento do advogado a até o Cartório Distribuidor da respectiva Comarca para protocolar o processo.

Como demonstrado na tabela a média de dias entre a distribuição e a conclusão para despacho é igual a 0 (zero). Isto acontece porque logo que o advogado realiza a distribuição do processo no PJe, o mesmo vai direto para o gabinete do cartório sorteado automaticamente, já com movimentação de “Concluso para Despacho Inicial”.

No formato físico, após o protocolo no Cartório Distribuidor, era necessário se aguardar a distribuição dos autos, a autuação dos processos físicos, o envio ao cartório da vara sorteada na distribuição e a posterior movimentação de “Concluso para Despacho Inicial”. Na média entre os processos analisados este procedimento levou 2 (dois) dias.

Com os resultados têm-se as seguintes hipóteses para a vantagem do PJe sobre o processo físico:

- i. O formato de distribuição do PJe;
- ii. O envio automático do processo ao gabinete, após a distribuição.

Nesta primeira etapa a vantagem é do processo eletrônico através do PJe.

#### 4.2.2 Da Conclusão Para Despacho Inicial Ao Despacho Inicial

Após a conclusão o processo fica aguardando por um despacho inicial do magistrado, que vai atestar a regularidade do processo e determinar as primeiras providências. Neste quesito, entre os processos analisados, os físicos levaram vantagem.

Em média os processos físicos levaram 3 (três) dias para ser despachado e os processos eletrônicos levaram 5 (cinco) dias em média.

Neste quesito têm-se as seguintes hipóteses:

- i. A ferramenta PJe ainda não está sendo utilizada adequadamente pelos assessores e juízes, visto que os processos são os mesmos e a forma de se tomar decisões em um ou no outro é a mesma;
- ii. Os processos físicos, ocupando mesas e armários nos gabinetes, causam mais incomodo e por isso o gabinete acaba produzindo mais.

Independente dos motivos, neste quesito os processos físicos levaram vantagem.

#### 4.2.3 Do Despacho Inicial À Conclusão Para Sentença

O período entre estes dois procedimentos é o mais longo do estudo pois é justamente entre os dois que acontece a maior parte das providências adotadas durante o processo,

inclusive as intimações. E é justamente nesta etapa que o PJe se destaca diante do processo físico, de acordo com a análise realizada.

Enquanto os processos físicos levaram, em média, pouco mais de 139 (centro e trinta e nove) dias, no PJe os processos levaram uma média pouco acima de 60 (sessenta) dias.

Com esta análise pode-se chegar às seguintes hipóteses:

- i. Após o despacho inicial o processo é encaminhado automaticamente ao cartório para as providências, enquanto no físico ele precisava ser recebido fisicamente pelo cartório para posterior lançamento do recebimento no sistema e, só então, as providências poderiam ter sido tomadas;
- ii. A forma como as expedições de documentos no PJe é realizada é bem mais simplificada do que no processo físico. Os documentos mais comuns a serem expedidos já possui modelos prontos que são preenchidos automaticamente, sendo necessárias apenas algumas correções;
- iii. As intimações, em sua maioria, ocorrem pelo próprio sistema, sendo dispensáveis as intimações por oficial de justiça ou correios. Embora em muitos casos estes métodos ainda são necessários.

A celeridade comprovada nesta fase do processo só não é maior por que, pouco tempo após a implantação do PJe na Comarca de Cacoal, também entrou em vigor o Novo Código de Processo Civil que alterou a forma de contagem de prazos no processo civil.

No Código de Processo Civil de 1973 se contavam os prazos em dias corridos. Neste formato era excluído o dia que o prazo estava começando e incluído o último dia. Se o prazo se encerrasse em dia que não houvesse expediente, este se estenderia até o próximo dia útil.

Esta contagem era determinada pelo artigo 184 do CPC/73 com o seguinte texto: “Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento”.

Com o Novo Código de Processo Civil os prazos passaram a ser regulados pelos artigos 218 a 232 do CPC/2015 e a contagem de prazos deixou de ser feita em dias corridos, sendo computados somente os dias úteis, conforme determina o artigo 219 que rege:

Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se somente aos prazos processuais.

Além disso, influenciam nestes prazos os artigos 180, 183 e 186 do Código de Processo Civil de 2005, que beneficiam a Defensoria Pública, o Ministério Público e a Advocacia Pública.

Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1o. [...]

Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. [...]

Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

Mesmo com este novo formado de contagem de prazo que influencia diretamente na celeridade e na duração do processo, mas que garante o cumprimento de outros princípios, o Processo Judicial Eletrônico, através do PJe, leva ampla vantagem sobre os processos físicos.

#### 4.2.4 Da Conclusão Para Sentença À Sentença

A diferença de tempo em que o processo permanece no gabinete entre a conclusão para sentença e a sentença propriamente dita também tem uma variação considerável entre os processos analisados. Os processos físicos levaram em média 30 (trinta) dias para serem sentenciados, enquanto a média dos processos eletrônicos foram de pouco mais de 17 (dezessete) dias.

A principal hipótese para esta diferença está em não existir a necessidade de manuseio dos autos. No caso dos processos eletrônicos, após a conclusão, o processo passa automaticamente pelos assessores e, posteriormente, pelo juiz. Isto agiliza a movimentação do processo e a elaboração da Sentença.

Também nesta etapa a vantagem é do processo eletrônico.

#### 4.2.5 Da Duração Total Do Processo

A diferença de dias entre um procedimento e outro, detalhadas anteriormente, fazem com que, na duração total do processo, o processo eletrônico também leve vantagem sobre o processo físico. Enquanto, em média, o processo eletrônico levou 101 dias, o processo físico levou 168 dias.

Como tratado no tópico que trata “do despacho inicial à conclusão para sentença”, esta diferença muito se deve aos novos procedimentos adotados no processo eletrônico. Entre os que trazem maior celeridade estão os de citação e de intimação que, com a Lei 11.419/06 passaram a serem permitidos eletronicamente e, com a implantação do PJe, este tipo de procedimento passou a ser possível.



Em seu art. 9º a referida Lei dispõe:

Art. 9. No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

§ 1. As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

§ 2. Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.

Para Marinoni (2007, p.114):

As intimações como as citações poderão ocorrer por meio eletrônico, através de dois instrumentos distintos: a comunicação em Diário Oficial Eletrônico e a disponibilização da informação em portal específico.

Mas cabe destacar que, caso o advogado esteja cadastrado em portal específico ou, no caso, devidamente cadastrado no PJe, a intimação pelo Diário Oficial Eletrônico não é necessária. Isso agiliza este procedimento, garantindo uma celeridade nesta etapa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através de toda pesquisa e do estudo realizado em torno do tema foi possível chegar a resultados relevantes que podem auxiliar no entendimento do Processo Judicial Eletrônico e a implantação do PJe na Comarca de Cacoal. O assunto que, até então, era discutido apenas em corredores no átrio do Fórum, agora pode ser analisado através de dados concretos.

De forma geral existe o reconhecimento de todas as partes envolvidas quanto a necessidade da implantação do PJe na Comarca e, da mesma forma, o consentimento de que este era o momento correto para esta implantação. Mas, como era esperado, constatou-se diversas deficiências que necessitam serem sanadas para o que o sistema seja utilizado adequadamente.

Com o conhecimento destas dificuldades, da forma como cada profissional faz uso do sistema e com a análise do andamento de processos tanto de forma física como eletrônica, foi possível chegar a algumas conclusões.

i. O Processo Judicial Eletrônico era uma necessidade e a implantação do PJe com o objetivo de dar cumprimento à Lei 11.419 foi adequado. Independentemente de qualquer dificuldade que tenha surgido com esta implantação, para a grande maioria dos advogados e servidores do poder judiciário, o momento da implantação foi o correto.

ii. O principal problema apontado no estudo acontece em desfavor do advogado que depende da utilização do PJe. Mais da metade dos advogados nunca receberam treinamento para a utilização do sistema.

Apesar de ser considerado intuitivo, assim como qualquer programa de computador, o PJe tem suas peculiaridades, que necessitam de um certo conhecimento de informática e do próprio sistema. Esta falta de conhecimento pode acarretar na utilização inadequada dos recursos disponíveis e o consequente prejuízo aos princípios da eficiência, publicidade e celeridade, estudados aqui.

Para a implantação do PJe na Comarca de Cacoal, o tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ofereceu treinamento básico a todos os profissionais que trabalham em cartório, além de treinamento intermediário e avançados a outros servidores como os assessores de juiz e os técnicos da Coinf.

iii. Não há como se desconsiderar a importância de uma boa conexão com a internet para a adequada utilização do PJe. Consciente disso o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia realizou a mudança de toda sua rede adequando-a às necessidades que a implantação do sistema exigia. Em 2015, toda a rede da Comarca de Cacoal, incluindo os 3 (três) prédio utilizados hoje para o atendimento ao público e advogados, foi alterada para fibra óptica.

A fibra óptica, embora em Cacoal ainda não tenha uma qualidade satisfatória, é a melhor opção para a utilização do PJe, pois oferece uma velocidade de transferência de dados maior e mais estável.

A dificuldade é que, ainda hoje, 47% (quarenta e sete por cento) dos advogados ainda usa a conexão ADSL, que mesmo contratada com uma taxa de transferência de dados maior, é muito instável.

Acontece que, em Cacoal, os servidores de internet não dispõem de conexão por fibra óptica em toda a cidade. E mesmo os locais onde a rede é oferecida, muitas vezes não existem portas disponíveis. Assim, cabe aos advogados a insistência junto a estes servidores comprovando a necessidade de ampliação destas redes para atendimento a todos. É a famosa Lei da oferta e da procura.

iv. Além de uma conexão adequada é necessário que os usuários usem equipamentos apropriados para a utilização do sistema. Recomenda-se computadores ou notebooks específicos para esta finalidade, para que este possa se manter com as configurações necessárias.

Caso isto não seja possível, uma boa solução é a utilização do Navegador PJe. Este navegador foi criado exclusivamente com o objetivo de facilitar ao usuário o acesso ao sistema. Sua configuração é predefinida e atualizada automaticamente conforme a necessidade.

Apesar destas facilidades, o Navegador PJe é utilizado apenas por 17% (dezessete por cento) dos advogados. Um aumento neste número pode melhorar os resultados alcançados pelos usuários.

v. A eficiência do processo é alcançada, tanto na opinião dos advogados quanto na dos servidores, conforme demonstrado pelo estudo de campo, ele é satisfatoriamente

obedecido. Porém deve-se considerar que, para a real eficiência do processo, é necessário que servidores e advogados realizem seus trabalhos, igualmente, de forma eficiente.

Acontece que para se alcançar a eficiência no desempenho de sua tarefa é necessário que o profissional tenha conhecimento total do que está fazendo e, considerando que entre os advogados 41% (quarenta e um por cento) afirmam não terem recebido nenhum tipo de treinamento, isto pode atrapalhar

vi. A publicidade também é um dos princípios obedecidos pelo PJe, mas entre alguns advogados há divergências quanto a isto. 37% (trinta e sete por cento) dos advogados consideram que o princípio não é obedecido. Para estes a publicação no diário oficial é necessária.

Neste ponto de vista deve ser levada em conta uma regra do Processo Judicial Eletrônico que, após a intimação da parte, dá ao advogado um prazo de 10 (dez) dias para tomar ciência da intimação. Com a publicação no Diário esta ciência é automática. Assim, usada adequadamente, a ciência através da intimação pelo PJe pode dar maior prazo ao advogado.

Mais uma vez esbarra-se na falta de treinamento para a utilização adequada do sistema.

vii. A celeridade processual depende tanto das partes envolvidas no processo quanto dos servidores que atuam nele. Por parte dos servidores 75% (setenta e cinco por cento) consideraram que o processo é mais célere no PJe. Mas entre os advogados 32% (trinta e dois por cento) consideram que não.

Ora, como pode os servidores, que lidam diariamente com processos diversos, terem tanta certeza da celeridade, mas os advogados, que lidam com o resultado disso, não terem a mesma certeza?

A resposta pode estar na realidade atual do servidor, que atua simultaneamente em processos físicos e eletrônicos, prejudicando a celeridade em ambos. Em depoimentos colhidos de servidores, foi dito por um deles que o PJe “é um sistema com recursos que facilitam em muitos aspectos a rotina cartorária”. Esta facilitação trata-se, principalmente, das expedições. O sistema PJe permite que algumas expedições padronizadas sejam, inclusive, preenchidas automaticamente. Isso dá maior celeridade ao processo.

Por outro lado, os advogados reclamam, entre outros, da dificuldade e do tempo perdido no protocolo de processos no PJe. Ao mesmo tempo este protocolo direto no sistema é elogiado por outros advogados. Isto comprova que, para o advogado bem treinado para

executar a tarefa, o novo sistema é mais célere e vantajoso, pois evita que este tenha que se deslocar de seu escritório para ao Cartório Distribuidor para, só então, realizar o protocolo.

viii. A falta de treinamento é, sem dúvidas, um problema que deve ser corrigido. Porém a quem cabe o treinamento dos advogados usuários do PJe? Ao Tribunal de Justiça, à Ordem dos Advogados ou aos próprios advogados que devem buscar o aprimoramento de seus conhecimentos em benefício próprio?

O que é certo é que cada parte interessada não pode simplesmente aguardar pela iniciativa de terceiros.

Com as conclusões obtidas fica certo que o PJe obedece aos princípios ora questionados, mas a sua utilização necessita de melhorias diversas. Esta situação não é diferente de quanto os cartórios e advogados deixaram de lado as antigas máquinas de escrever para passarem a trabalhar com computadores e impressoras. As dificuldades existem, mas devem ser superadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, João Tércio Silva. **Os princípios da eficiência, celeridade processual e o poder judiciário**. Taguatinga (DF). Disponível em: <[http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/20098/2009\\_afonso\\_joao\\_tercio\\_silva.pdf?sequence=1](http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/20098/2009_afonso_joao_tercio_silva.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 19/11/2016.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Naomar de Almeida Filho (Depoimento, 2010)**. Salvador: CIAGS, 2010

ANDREUCCI, Ricardo Antonio; MESSA, Ana Flávia. **Exame da OAB unificado: 1ª fase**. São Paulo: Saraiva, 2011

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acessado em 18/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Código Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm)>. Acessado em 20/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional Nº 19, de 04 de Junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm)>. Acessado em 19/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.419 de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 20.12.2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111419.htm)>. Acessado em 19/11/2016.

BONFIM, Edilson Mougenot. **Processo Civil 1**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008

CASTRO, ALDEMÁRIO ARAÚJO. **Informática Jurídica e Direito da Informática**. Maceió, 2007. Disponível em: <http://www.aldemario.adv.br/infojur/conteudo6texto.htm>. Acessado em 22/11/2016

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **CNJ lança navegador pré-configurado para uso do PJe**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82626-cnj-lanca-navegador-pre-configurado-para-uso-do-pje>. Acessado em 30/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução 185/13 no CNJ**. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/files/atos\\_administrativos/resoluo-n185-18-12-2013-presidencia.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n185-18-12-2013-presidencia.pdf). Acesso em: 19/11/2016.

\_\_\_\_\_. **Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 51/2010**. Disponível em: [http://www.csjt.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=31bc9b7b-4e7b-47ef-8ea8-b8e467025ab0&groupId=955023](http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=31bc9b7b-4e7b-47ef-8ea8-b8e467025ab0&groupId=955023). Acesso em: 19/11/2016.

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO – CSJT. **Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2010**. Disponível em: [http://www.csjt.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=684898e1-f648-4be6-848e-b8e467025ab0&groupId=955023](http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=684898e1-f648-4be6-848e-b8e467025ab0&groupId=955023). Acessado em 19/11/2016.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. – 10 ed. São Paulo: LTr, 2011

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 24ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 10ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005

GRECO, Leonardo. **O Processo de Execução**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**. 3ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 37ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2000.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - RONDÔNIA. **OAB vai ao CNJ pedir suspensão da implantação do PJe no Tribunal de Justiça de RO**. Disponível em: <http://www.oab-ro.org.br/noticia/oab-vai-ao-cnj-pedir-suspensao-da-implantacao-do-pje-no-tribunal-de-justica-de-ro/>. Acessado em 22/11/2016

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003

ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo**. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2008

WELSCH, Gisele Mazzoni. **A Razoável Duração do Processo (art. 5º, LXXVIII da CF/88) como Garantia Constitucional**. Porto Alegre: Revista Páginas de Direito, 2008. Disponível em: <http://www.tex.pro.br/home/artigos/64-artigos-jun-2008/5939-a-razoavel-duracao-do-processo-art-5o-lxxviii-da-cf88-como-garantia-constitucional>. Acessado em 30/11/2016.

ZENNI, Brunno José. **Novo CPC: contagem de prazos processuais**. Revista Jus Navigandi: Teresina, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/49177>. Acessado em 30/11/2016.